

**“O Contributo das Autoridades Tradicionais na Afirmação como  
Poder Local em Angola.”**

**“O caso particular do Ambriz (2015-2017)”**

**André Nzinga Gaspar Mangala**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria da Conceição Pequito Teixeira

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política

Lisboa  
2018

[WWW.ISCSP.ULISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.ULISBOA.PT)

## **Dedicatória**

*Dedico à minha mãe Esperença Beatriz Gaspar,  
minha professora da vida.*

## Agradecimentos

A realização desta pesquisa foi possível graças a conjugação de esforços e apoios de várias ordens dignas dos meus profundos agredimentos.

Agradecer à Deus pela fiel protecção ao longo do percurso.

A minha família pelo suporte incondicional, em especial a minha querida mãe por tudo que tem feito por mim... *Nga Sakidila*.

Um agradecimento muito especial a minha orientadora, Professora Doutora Maria da Conceição Pequito que desde a primeira hora não exitou em me orientar, pelo rigor e dinamismo que lhe caracteriza e pela forma paciente e pedagógica com que conduziu a elaboração da dissertação.

Agradecer o ISCSP, enquanto centro de produção científica e pelo seu compromisso em *Valorizar Pessoas*, que com um acolhimento caloroso me fez membro da comunidade Iscspiana. Meu extensivo agradecimento a Coordenação do Curso de Mestrado em Ciência Política e todos os docentes pelo rigor e excelência, em particular ao Professor Adelino Maltez, a Professora Cristina Sarmiento e o Professor Pedro Fonseca.

Agradeço de igual modo a Universidade Técnica de Angola, pela oportunidade que me foi concedida em frequentar um sistema de ensino diferente da nossa realidade.

A todos meus amigos pelos incetivos e aos meus colegas bolsiros da Universidade Técnica de Angola (UTANGA) pelo companheirismo, muito obrigado!

A querida *Jéssica Tavares* pelo suporte e cumplicidade, meu especial agradecimento.

**NOME:** André Nzinga Gaspar Mangala

**MESTRADO EM:** Ciência Política

**ORIENTADOR:** Maria Conceição Pequito Teixeira

**DATA:** 15 de junho de 2018

**TÍTULO DA TESE:** O Contributo das Autoridades Tradicionais na Afirmação como Poder Local em Angola. O caso particular do Ambriz (2015–2017).

### **Resumo**

O reconhecimento constitucional das autoridades tradicionais como uma das formas organizativas do poder local em Angola levanta a questão do papel das instituições do poder tradicional no quadro da governação local. A pesquisa pretende compreender o contributo das autoridades tradicionais na afirmação como poder local no município do Ambriz. Foi utilizada uma metodologia qualitativa de natureza indutiva e como técnicas de recolha de dados a pesquisa bibliográfica, análise documental, observação não participante e entrevistas semiestruturadas as autoridades tradicionais e técnicos da administração local. A pesquisa demonstra que face a debilidades dos órgãos locais do Estado sobretudo nas zonas mais recônditas no Ambriz, os sobas mantêm uma relação colaborativa com a administração local na solução dos problemas do povo e funcionam como agentes de equilíbrio, harmonia e coesão social, administram a justiça e regulam as relações com base no direito costumeiro. Concluiu-se que as autoridades tradicionais são atores políticos locais indispensáveis na governação local, que mesmo sem atribuições claras pela ausência de Lei que estabeleça seu papel, têm contribuído significativamente e numa clara e efetiva interação com os órgãos administrativos locais do Estado na resolução de inúmeras questões que afetam a vida das comunidades rurais.

**Palavras Chave:** Ambriz; Autoridades Tradicionais; Governação Local.

**NOME:** André Nzinga Gaspar Mangala

**MESTRADO EM:** Ciência Política

**ORIENTADOR:** Maria Conceição Pequito Teixeira

**DATA:** 15 de junho de 2018

**TÍTULO DA TESE:** The contribution of traditional authorities in the affirmation as Local Power in Angola. The particular case of Ambriz (2015-2017).

### **Abstract**

The constitutional recognition of traditional authorities as one of the organizational forms of local power in Angola raises the question of the role of institutions of traditional power within the framework of local governance. This research intends to understand the contribution of the traditional authorities in the position as local authority of Ambriz municipality. We have used a qualitative methodology of inductive character, and the techniques applied for data collection is based on the bibliographic research, documentary analysis, non - participant observation and semi - structured interviews for the traditional and technical authorities of the local administration. The research shows that, according to the weaknesses of the local State authority, especially in the remote areas of Ambriz, the sobas maintain a collaborative relationship with the local administration in solving the problems of the people and acting like agents of stability, harmony and social cohesion, administering justice and regulate relations based on customary law. We can concluded that traditional authorities are indispensable political actors in local governance, which, even without clear attributions due to the absence of a law that establishes their role, have contributed significantly in a clear and effective interaction with the local administrative organs of the State in the resolution of many issues affecting the lives of rural communities.

**Key Words:** Ambriz; Traditional Authorities; Local Governance.

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

**AMA:** Administração Municipal do Ambriz

**AN:** Assembleia Nacional

**CACS:** Conselhos de Auscultação e Concertação Social

**CAP:** Comité de Ação do Partido

**CRA:** Constituição da República de Angola

**DCTIPT:** Departamento das Comunidades Tradicionais e Instituições do Poder Tradicional

**DNAL:** Direção Nacional da Administração Local

**FRELIMO:** Frente de Libertação de Moçambique

**FONGA:** Fórum das Organizações Não Governamentais Angolanas

**GBP:** Governo Provincial do Bengo

**INE:** Instituto Nacional de Estatística

**LC:** Lei constitucional

**LOLE:** Lei dos Órgãos Locais do Estado

**MAT:** Ministério da Administração do Território

**MPLA:** Movimento Nacional de Libertação de Angola

**OGE:** Orçamento Geral do Estado

**PR:** Presidente da República

**UCAN:** Universidade Católica de Angola

**UNDP:** United Nations Development Programme

**UNITA:** União Nacional Para a Independência Total de Angola

## **ÍNDICE**

<b>Dedicatória .....</b>	<b>i</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>ii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>iii</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>iv</b>
<b>Lista de Siglas e Abreviaturas .....</b>	<b>v</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....</b>	<b>4</b>
1.1 – Revisão da literatura .....	4
1.2 – Modelo teórico de referência .....	6
1.3 – Apresentação e operacionalização dos conceitos fundamentais.....	7
1.3.1 – Poder Político enquanto Autoridade .....	7
1.3.2 – Autoridade tradicionais .....	8
1.3.3 – Descentralização política e administrativa.....	9
1.3.4 – Poder local.....	10
1.4 – Metodologia .....	11
<b>CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO SOBRE A GOVERNAÇÃO LOCAL EM ANGOLA .....</b>	<b>13</b>
2.1 – As instituições do poder tradicional.....	13
2.1.1 – O período colonial: do enfraquecimento à integração na governação local.....	13
2.1.2 – O período pós-colonial: da incompatibilidade com o Estado .....	17
2.1.3 – Período de democratização: da coexistência e reconhecimento formal.....	19
2.2 – A administração local do Estado .....	23
2.3 – A Problemática das autarquias locais .....	26
<b>CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO AMBRIZ.....</b>	<b>31</b>
3.1 – Contextualização.....	31
3.2 – Situação geográfica.....	32
3.3 – Situação demográfica.....	33
3.4 – Organização administrativa .....	34
3.5 – Situação socioeconómica .....	39
<b>CAPÍTULO IV – O CONTRIBUTO DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS NA GOVERNAÇÃO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO AMBRIZ .....</b>	<b>42</b>
4.1 – O poder tradicional .....	42
4.1.1 – Hierarquização .....	43

4.1.2 – Símbolos e sucessão .....	45
4.2 – A relação com a Administração Municipal .....	47
4.2.1 – Os subsídios .....	49
4.3 – O papel dos sobas na governação local .....	51
4.4 – O Direito Consuetudinário .....	53
4.3.1 – A administração da justiça no direito costumeiro. ....	55
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>58</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>69</b>



## **Índice de Figuras**

<b>Figura 1:</b> Mapa Político da República de Angola .....	32
---	----

## **Índice de Tabelas**

<b>Tabela 1:</b> População residente por municípios na Província do Bengo, segundo o sexo e índice de masculinidade, 2014.....	33
<b>Tabela 2:</b> Categoria dos órgãos da administração local do Estado no município do Ambriz.....	35
<b>Tabela 3:</b> Descrição das autoridades tradicionais no município do Ambriz .....	45
<b>Tabela 4:</b> Subsídios mensais para as autoridades tradicionais no Ambriz, 2017. ....	50

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho compreende uma tese elaborada para a obtenção do grau de mestre em Ciência Política, cujo tema recai na participação das autoridades tradicionais na governação local em Angola.

A abordagem sobre a problemática das autoridades tradicionais e da sua relação com o poder político angolano se tornou relevante no início da década de 90, uma vez que o poder tradicional esteve agregado à administração colonial portuguesa que com a proclamação da independência de Angola em 1975 e a instauração do regime monopartidário do Movimento Nacional de Libertação de Angola – MPLA foi relegada ao descrédito.

Diante dos ventos da abertura política e económica fundamentada pelo processo de democratização se avistou o reacender do conflito armado sob consequência da crise pós-eleitoral de 1992, que induziu a uma profunda desestruturação social e infraestrutural do país sobretudo nas comunidades rurais. Neste quadro, os espaços sociopolíticos abandonados pelos órgãos administrativos do Estado passaram a ser ocupados pelas chefias tradicionais, com maior incidência nas zonas mais recônditas, que levou o Governo angolano a adotar uma postura de reaproximação em relação as autoridades tradicionais.

Com o fim do conflito armado em 2002 surge a necessidade de se estender a administração do Estado ou o seu poder sobre todo território. O Estado angolano inicia um processo de reconstrução e consolidação do aparelho do Estado, sobretudo ao nível da governação local e concebe um modelo de descentralização político-administrativa, cuja configuração do poder local segundo a Constituição de 2010 abrange, além das autarquias locais, as autoridades tradicionais e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos (artigo 213º nº 2 da Constituição da República de Angola [CRA]).

Neste contexto, a questão do exercício do poder tradicional no âmbito da governação local tem se demonstrado cada vez mais relevante e colocando-se no centro de acesos debates sobre o processo de descentralização face as dificuldades dos órgãos da administração local do Estado em prover serviços no meio rural. Por está razão, se buscou desenvolver um estudo sobre “O Contributo das Autoridades Tradicionais na Afirmação como Poder Local em Angola. O caso particular do Ambriz (2015-2017)”.

A escolha do tema justifica-se no puro exercício académico pela percepção da participação das autoridades tradicionais no desenvolvimento sociopolítico e económico das comunidades rurais e sua interação com os órgãos estatais. O caso particular do município do Ambriz por reflectir uma realidade administrativa que abrange muitas regiões do país.

Sendo as autoridades tradicionais depositárias de um poder que antecede ao Estado angolano. A análise científica do tema mostra-se pertinente por se tratar de uma coabitação de poderes (estatal vs. tradicional) que tende a adaptar-se aos diversos contextos que o país tem experimentado, uma vez que a pesquisa se enquadra nos estudos sobre Poder, Administração Pública e Políticas Públicas e visa compreender o contributo das instituições do poder tradicional no âmbito da governação local.

No desígnio centrar o estudo sobre as dinâmicas do poder tradicional nas comunidades rurais, impõe-se a seguinte pergunta de partida: Como é que as autoridades tradicionais têm contribuído para afirmação como poder local no município do Ambriz?

Desta forma, atendendo à revisão da literatura e à pergunta de partida acima exposta, é nosso objetivo verificar as seguintes hipóteses de investigação:

- H1 – As autoridades tradicionais assumem, no âmbito das questões locais, um papel fundamental no processo de decisão política, em clara e efetiva articulação com o poder estatal.
- H2 – As autoridades tradicionais surgem como as primeiras instituições a que a população recorre na exposição das suas preocupações.

Neste sentido, tendo em atenção o acima exposto, constitui objetivo geral da pesquisa, compreender o contributo das autoridades tradicionais na afirmação como poder local no município do Ambriz. E traçaram-se os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar a legalidade e legitimidade das autoridades tradicionais no município; b) analisar a relação de poderes (tradicional vs. estatal) no Ambriz e, por último, c) analisar a preponderância das autoridades tradicionais na resolução de questões locais.

O trabalho se encontra estruturado pela introdução, por quatro capítulos interligados entre si e pela conclusão. O primeiro capítulo expõe a fundamentação teórica e metodológica, abarcando a revisão da literatura, o modelo teórico de referência e os principais conceitos que nos ajudarão na melhor compreensão da realidade que nos propusemos estudar, como também as opções metodológicas para a produção do estudo.

No segundo capítulo faz-se um enquadramento histórico sobre a governação local em Angola, aludindo ao percurso histórico das autoridades tradicionais do período

colonial à democratização, sobre a evolução da administração local do Estado e versando-se também na problemática das autarquias locais. O terceiro refere a um estudo caracterizado sobre a realidade do município do Ambriz. Já o quarto e último, é dirigido a experiência das autoridades tradicionais do Ambriz no contributo na governação local.

## CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

### 1.1 – Revisão da literatura

A relação do Estado com as instituições do poder tradicional em Angola tem-se revelado um dos assuntos que implica acesos debates tanto nos círculos político-académicos, em particular, como na sociedade civil, em geral, devido as inquietações que dela resultam.

A noção que se encontra difundida entre os estudiosos do tema centra-se sobretudo nas presumíveis benesses resultantes desta interação Estado/autoridades tradicionais, ou seja, naquilo que Armando Marques Guedes e outros autores descrevem como as funções preenchidas pelo reconhecimento-integração das autoridades tradicionais no aparelho estatal angolano, estabelecendo que:

“do ponto de vista do Estado angolano: uma extensão da sua própria implantação, ainda que em moldes “indiretos”; e um “retorno” a formas de organização “tradicionais”, manipuladas ou destruídas pelo colonialismo. O preenchimento de ambas funções ampliaria a legitimidade do Estado. Do ponto de vista das “autoridades tradicionais” em causa, um reconhecimento-integração preenche igualmente diversas funções: funções que vão de um potencial aumento de sua implantação efetiva num território e junto a uma população, logrado por meio do suplemento de legitimidade acumulada pela ligação ao Estado, à aquisição de vários proveitos e das diversas “mordomias” que esse novo estatuto lhes concede (Guedes, et al., 2003:96).”

Portanto, é sobre os fundamentos de reconhecimento ou integração do poder tradicional pelo Estado, bem como o seu exercício, que centram as interpretações desta relação. É assim que, numa análise elucidativa sobre a sociedade e o Estado angolano em construção (no que se refere aos desafios do Direito e da democracia), Santos e Van-Dúnen abordam a relação Estado/autoridades tradicionais e, consideram que as entidades do poder tradicional devem desenvolver o real papel de verdadeiras guardiãs da cultura e das tradições ancestrais, constituindo-se como principais fontes inspiradoras da equidade

e da coexistência entre o campo e a cidade (Santos e Van-Dúnen, 2012). Os autores enfatizam ainda que a autoridade tradicional, legitimada e consagrada com rituais ancestrais, não é um apêndice da autoridade moderna, sendo antes dois poderes paralelos e complementares, pelo que nenhum tem legitimidade de absolver ou destruir o outro.

Por sua vez, Carlos Feijó faz uma alusão histórica para mostrar que a dinâmica racional entre as autoridades tradicionais e os poderes oficiais durante o processo de formação da ordem plural angolana nunca foi linear e que, no passado colonial, já se havia recorrido às autoridades tradicionais como mecanismos de cooptação e legitimação estadual, transformando-as em representantes da Administração estatal (Feijó, 2012). O autor defende também a existência de compatibilidade geral do costume, dos direitos consuetudinários e das autoridades tradicionais com os princípios fundamentais de organização do poder político angolano enquanto República e Estado Democrático de Direito, através da fórmula de reconhecimento constitucional, sublinhando o seu carácter inovador e “ousado”. Que justifica pelo facto da Lei Magna instituir como critérios de reconhecimento ao poder tradicional, a não contrariedade deste com a Constituição e com a dignidade da pessoa humana, e sem exigir a conformidade do costume com a lei (Ibidem).

Centrando-se também numa perspetiva constitucionalista, N’Gunu Tiny efetuou uma reflexão sobre as questões legais e constitucionais da política de acomodação do poder estatal sobre o poder tradicional, em que questiona: como pode o poder tradicional ser acomodado dentro do sistema jurídico angolano? (Tiny, 2007). Desenvolvendo uma análise relativa à posição do Estado face a autoridade tradicional, isto é, o tipo de regulação estatal (no então projeto constitucional), este autor reconhece que as instituições do poder tradicional se encontram constituídas de acordo com o direito consuetudinário (art. 223.º, 1 da CRA), incorporando-as no âmbito do conceito do poder local do Estado, junto com as autarquias locais e outras formas específicas de participação dos cidadãos (art. 213.º, 1 e 2 da CRA).

A partir desta tendência incorporativa das autoridades tradicionais à arquitetura do Estado, como instituição do poder local, Tiny conclui que a Constituição envia sinais contraditórios, na medida que provê autonomia às autoridades tradicionais (reconhecidas), e ao mesmo tempo, às incorpora no âmbito do poder local do Estado (Tiny, 2007).

Por sua vez, Meneses e Lopes (2012) referem que reformas políticas têm procurado promover a descentralização e as autoridades locais, estabelecendo assim as

bases para reforçar a ligação entre o Estado e o poder tradicional, o que explica que as autoridades tradicionais tenham ocupado de forma célere mais espaço. Porém, apesar da sua previsão constitucional, a referência ao papel desempenhado pelas autoridades tradicionais no exercício do poder local é questionável. Por outro lado, a Lei nº 17/10, de 29 de julho (sobre a Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local), presume como palco principal para o exercício do poder pelas autoridades tradicionais, os Conselhos de Auscultação de Concertação Social – órgão de carácter meramente consultivo – existentes em cada província, município ou comuna (Fauré e Rodrigues, 2011).

No entanto, tendo em conta os argumentos expostos, observamos que se, por um lado, as autoridades tradicionais possuem um tipo de poder, cujas estruturas, procedimentos administrativos e critérios de responsabilização pelo seu exercício, é distinto do Estado. Parecendo-nos também que a conciliabilidade que se alega existir entre elas é equívoca, por outro, os Conselhos Provinciais de Auscultação de Concertação Sociais surgem como principais palcos formais de interação entre os órgãos estatais e as autoridades tradicionais, mas com um carácter meramente consultivo.

Consideramos existirem assim lacunas no que se refere à contribuição das autoridades tradicionais na compreensão do poder local em Angola, por outro, as abordagens sobre as manifestações do poder tradicional são generalizadas e sendo que os costumes/tradições não são uniformes, ou seja, variam de região a região. Daí, a nossa pesquisa incide na contribuição das autoridades tradicionais no âmbito da governação local no município do Ambriz.

## **1.2 – Modelo teórico de referência**

O nosso modelo teórico funda-se na sociologia da dominação de Max Weber ([1922], 1944), em que a dominação ou autoridade significa que as ordens são aceites pelos súbditos como a máxima da sua conduta para o seu próprio bem. Weber não considera a dominação simplesmente como uma estrutura de poder que exige obediência, mas como uma estrutura de poder que exige obediência resultante da vontade de obedecer. Pressupõe que a estabilidade da relação entre dominação e submissão deve basear-se na legitimidade, ou seja, a subsistência desta relação se manifesta mediante a autojustificação por meio da legitimidade.

É nos tipos ideais de legitimidade da dominação enunciados por Weber (legal; tradicional) que se desenvolve a compressão e enquadramento analítico da realidade do objeto em estudo – as autoridades tradicionais.

### **1.3 – Apresentação e operacionalização dos conceitos fundamentais**

No âmbito enquadramento teórico-conceptual consideramos pertinente a articulação dos conceitos de poder político – enquanto autoridade, autoridades tradicionais, descentralização política e administrativa e, poder local, cuja análise e discussão permitem uma compreensão abrangente da realidade que nos propomos a estudar.

#### **1.3.1 – Poder Político enquanto Autoridade**

O poder consiste num dos principais fenómenos estudados pela Ciência Política, daí que não suscite qualquer surpresa ao se verificar a utilização do conceito para interpretar diversos aspetos da sociedade (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998).

Na sua conceção da sociologia da dominação, Weber ([1922], 1944) entende o poder político [enquanto dominação política ou autoridade] como estado de coisas pelo qual uma vontade manifestada (mando) do dominador ou dos dominadores influi sobre os atos de outros (dominado ou dominados), de tal forma como tivessem adotado por si mesmos e considerarem como máxima da sua ação o conteúdo do mando (obediência).

Maltez (1991), recorda-nos que esta noção é efeito daquilo que Weber distingue entre poder (*macht*) e dominação (*herrschaft*), sendo o poder, a possibilidade de alguém impor a sua vontade, mesmo contra a vontade dos submetidos, já a dominação, é autoridade e supõe obediência (*gehorsam*) ou aceitação (*fugsamkeit*) dos submetidos. E Parkin ([1982], 1996) refere que Weber dá um trato mais restrito e apurado ao conceito, uma vez que nem todos os modos de exercer o poder podem considerar-se dominação, se importando apenas do exercício que exige obediência resultante da vontade de obedecer.

Nesta ótica, Weber ([1922], 1944) coloca a legitimidade no centro da relação mando-obediência. Refere o autor que, nenhuma dominação se contenta voluntariamente em ter como possibilidade de persistência motivos puramente matéris, afetivos ou racionais por referência a valores, antes, procura despertar e fomentar a crença na sua legitimidade, ou seja, transformar a disciplina em adesão à vontade que ele representa (Freund [1966], 2003).



Weber ([1919], 1979), propõe três tipos puros de dominação legítima [ou autoridade], ou seja, tipos de justificações internas, de fundamentos de legitimidade de uma dominação: racional-legal, tradicional e carismática. Dentre as quais, abordar-se-á no âmbito desta investigação as duas primeiras, pela relevância que assume na compreensão da nossa problemática.

Weber ([1922], 1944) descreve o *poder legal-racional* como o tipo puro de dominação legítima de carácter racional que assenta na crença, na legalidade de ordens estatuídas e nos direitos de mando dos chamados por essas ordens a exercer a autoridade (autoridade legal). Esta perspetiva weberiana alicerça o poder legal-racional numa legitimação através das normas jurídicas, cujas disposições ou condições selecionam os indivíduos para o exercício da autoridade. Isto é, a obediência recai nos preceitos legais ou nos intérpretes e executantes da própria legalidade e não nos indivíduos propriamente dito (Sarmiento, 1997).

Enquanto que o *poder tradicional* é observado por Weber ([1922], 1944), como o tipo puro de dominação legítima de carácter tradicional, assente na crença quotidiana da santidade das tradições que regeram desde tempos imemoriais e na legitimidade dos indicados por essa tradição para exercer autoridade.

Diferente do poder legal, aqui Weber ([1919], 1979), defende que o conteúdo das ordens está vinculado pela tradição, que impõe vínculos aos próprios conteúdos das ordens que o detentor do poder transmite ao povo. Isto é, os princípios ou normas que asseguram esta forma de governação apenas é legitimada pela sabedoria tradicional ou ancestral (Weber, 2005).

### **1.3.2 – Autoridade tradicionais**

A abordagem sobre questões ligadas ao exercício das autoridades tradicionais é sobretudo, nos termos à história e, particularmente, aos aspetos consuetudinários e idiossincráticos que constituem a base social e cultural dos grupos, povos ou comunidades.

Para Florêncio (2010) a expressão autoridades tradicionais compreende os indivíduos e instituições de poder político que regulam a organização do modelo de produção social das sociedades tradicionais.

Guedes e Lopes (2007), se debruçando sobre a relação Estado e direito tradicional, cujo campo de atuação recai também para Angola e Moçambique, consideram como autoridades tradicionais um rótulo politicamente correto adotado para os chefes locais,

que por um lado visa a reposição da legalidade histórico-tradicional de entidades anteriormente esquecidas. Por outro, sua aplicação é de certa perspetiva, para o preenchimento de uma posição de intermediários do Estado junto das comunidades locais.

Com base na observância constitucional, o Estado angolano encara as autoridades tradicionais como “entidades que personificam e exercem o poder no seio da respetiva organização político-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito pela Constituição e pela lei” (art. 224º da CRA).

### **1.3.3 – Descentralização política e administrativa**

A descentralização é analisada em perspetivas diferentes efetuando uma separação conceitual entre administrativa e política, quer pelo contexto, quer pelo entendimento dos seus proponentes.

Segundo Pahula (2014:119) “a *descentralização administrativa* acontece quando a função administrativa é exercida por entidades coletivas públicas eleitas pelas comunidades dos respetivos territórios, em vez do Estado-administração.” E para Caetano (1965) estas entidades devem gozar da faculdade para praticar atos definitivos e executórios, não sujeitas a dependência hierárquica.

Observado que este processo é efetivado por via da legalidade, Amaral (1996) refere a descentralização administrativa como processo pelo qual a lei transfere poderes de decisão até aí pertencentes a órgãos do Estado para órgãos próprios de entidades independentes do Estado e, estando sujeitos a formas atenuadas de tutela administrativa, em regra restrita ao controle da legitimidade. Neste sentido, Sousa e Matos (2006) sublinham que não basta apenas a descentralização administrativa estar consagrada pela lei, é sobretudo imprescindível que as entidades por ela exaladas e os seus órgãos sejam investidos pela lei de competências, recursos humanos e financeiros necessários para que possam prosseguir efetivamente o exercício da administração na circunscrição.

Quanto a *descentralização política*, para além dos pressupostos emanados da descentralização administrativa, conjectura o ganho de órgãos legislativos de natureza parlamentar e governativo a nível local, que origina regiões autónomas. É, portanto, neste sentido que Miranda (2004), equaciona a descentralização política correspondendo não a soberania, mas apenas a autonomia político-administrativa ou a autonomia com integração, visto que, as referidas atribuições legislativas e governativas que são

concedidas as regiões pelo poder central (em maior ou menor grau), nunca atingem uma verdadeira forma estadual.

Assim, Fernandes (1998) refere que a tendência, muitas vezes, é para uma descentralização na base do princípio de subordinação hierárquica, sem pôr em causa soberania do Estado, quer os órgãos autárquicos sejam designados por este ou se constituam mediante eleição. De forma elucidativa, o autor afirma que a descentralização política, na medida em que exige a criação de diversos centros de decisão, indica necessariamente uma partilha da autoridade política, fornecendo liberdade ao poder local de tomar decisões que entende mais convenientes, com a devida permissão do ordenamento jurídico em vigor. Considera ser sempre um exercício do equilíbrio entre a dimensão da autonomia outorgada às autarquias locais e a esfera de intervenção que deseja reservar ao governo central, e pela qual, exige como tal, a combinação entre o reforço da unidade do Estado e a vontade de promover, de maneira autónoma, o desenvolvimento, no respeito pela diversidade regional.

#### **1.3.4 – Poder local**

Tendo em atenção a ampla literatura sobre o poder local e a sua polissemia, procuramos nos ater a compreensão que melhor se enquadra ao contexto que nos debruçaremos.

Segundo Oliveira (2005:18) “o conceito de *poder local* salienta a existência, ao nível das comunidades locais, de um poder que se afirma e limita o poder central, chamando a atenção para outros centros de poder a nível territorial”. Considera ainda o autor como uma manifestação moderna do princípio da separação de poderes em sentido vertical.

Na visão de Diogo Freitas do Amaral (1998) só há poder local quando as autarquias locais são verdadeiramente autónomas e têm um amplo grau de autonomia administrativa e financeira, isto é, quando forem suficientemente largas as suas atribuições e competências, quando forem dotadas dos meios humanos e técnicos necessários, bem como dos recursos materiais suficientes, para à prosseguir e exercer, e quando não forem excessivamente controladas pela tutela administrativa e financeira do poder central. Este autor, reconhece a dificuldade na identificação prática do poder local, por se tratar de uma questão de grau, ou seja, enfatiza a relativização do grau de autonomia atribuído por um determinado Estado as autarquias locais para indicar o alcance do poder local.

Por sua vez, Feijó (2001) considera o poder local como aquele poder político, originário ou derivado, exercido nos termos da lei ao nível das comunidades locais, através de órgãos descentralizados, de instituições organizatórias tradicionais e de outras formas de participação democrática das populações visando a satisfação dos seus interesses próprios.

Entretanto, é de realçar que na medida que Amaral resume a ideia de poder local na existência de autarquias locais, Feijó – sobretudo pelo estudo que faz da realidade angolana – alarga a sua compreensão com a presença de outros entes no exercício deste poder, que além das autarquias locais abarca as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos.

#### **1.4 – Metodologia**

Atendendo à especificidade do tema em estudo, as opções de abordagem metodológicas da investigação têm em conta o método qualitativo, “método de análise crítica essencial, valorizando os aspetos significativos e simbólicos dos fenómenos” (Lara, 2013). Ora, como é sabido, tanto o método quantitativo como o qualitativo estão associados a vários paradigmas que correspondem a diferentes modos de desenho e produção do conhecimento em termos científicos.

O método qualitativo tem como principal característica o raciocínio ou a lógica indutiva (*de tipo bottom-up*), iniciando o processo de investigação pela recolha e análise dos dados para prosseguir depois para a compreensão do problema estudado de uma forma mais generalizante, desenvolvendo conceitos e chegando à construção teórica. A teoria é assim desenvolvida de “baixo para cima”, e não o contrário. O investigador considera a realidade global em que os indivíduos, os grupos e as situações são vistas como um todo, sendo estudado o passado e o presente dos sujeitos de investigação. De acordo com o método qualitativo, a investigação é eminentemente descritiva e compreensiva, resultando diretamente dos dados recolhidos (evidência empírica), os quais podem resultar da aplicação de diferentes técnicas e instrumentos de recolha dos dados, desde as fontes bibliográficas, documentais, entrevistas, registos de observações pessoais e oficiais, fotografias, gravações de vídeo, etc.

Assim, adotou-se nesta investigação o método qualitativo de natureza indutiva, e como técnicas e instrumentos de recolha de dados os seguintes: 1) a pesquisa bibliográfica; 2) a análise documental; 3) a observação não participante 4) a entrevista semidirecta/semiestruturada (Ghiglione e Matalon, 1977; Freixo, 2012). Sublinhe-se

ainda que as entrevistas, suportadas num protocolo e guião previamente concebidos, direcionados as autoridades tradicionais locais (os sobas) e aos técnicos da Administração Municipal do Ambriz, o que nos permitiu aprofundar compreensivamente o estudo e testar as hipóteses sugeridas (verificadas empiricamente).

Neste sentido, adotou-se a análise do conteúdo com base no software WebQDA, o que “permitiu fazer uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objetivo a sua interpretação [e compreensão]” (Berelson, 1968; Carmo e Ferreira, 1998).

## **CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO SOBRE A GOVERNAÇÃO LOCAL EM ANGOLA**

### **2.1 – As instituições do poder tradicional**

As autoridades tradicionais são entidades indissociáveis da realidade histórico-política da vida das sociedades africanas, em geral, e angolana, em particular. Estas representam simplesmente a espinha dorsal do mosaico político-organizacional das referidas comunidades, ou seja, a fonte primária da organização dos povos, anterior à existência do Estado moderno.

Sendo a sociedade angolana caracterizada por uma miscelânea de comunidades socioculturais, claramente diversa na língua e na cultura, destacam-se nessa diversidade as autoridades tradicionais, com funções preponderantes nos diferentes momentos da vida das comunidades onde interferem (Ministério da Administração do Território [MAT], 2004). Para além das autarquias locais e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos, a Constituição da República de Angola (CRA) prevê, igualmente, a existência de instituições do poder local como uma das formas organizativas de poder local em Angola. Deste modo, o poder tradicional, constituído de acordo com as normas do direito consuetudinário, é pela primeira vez reconhecido pelo Estado, depois de longos anos da sua manutenção na informalidade. E está dignificação constitucional, obriga de forma imperativa ao respeito das entidades públicas e privadas nas relações com estas instituições do poder tradicional.

Neste sentido, para contextualização histórica do poder tradicional na realidade angolana, consideramos pertinente a identificação e articulação de três períodos — *colonial*, *pós-colonial* e de *democratização* — referentes a interação, institucionalização ou coabitação com poder político estatal na governação local.

#### **2.1.1 – O período colonial: do enfraquecimento à integração na governação local.**

Antes do surgimento de companhias expedicionárias europeias em África, as estruturas político-sociais encontravam-se confinadas à existência dos grandes reinos — destacamos, no caso angolano, os reinos do *Congo*, *Ndongo*, *Matamba*, *Kwanyama*, *Kassanje*, *Bailundo*, entre outros — e das mais pequenas aldeias lideradas por indivíduos

e instituições pré-estabelecidas com o desígnio de fazer valer a autoridade no seio das respetivas comunidades.

Como resultado dos processos de invasões, negociações e conquistas colonizadoras pelo continente africano, como refere Fernando Pacheco, os reinos (fragilizados pelas guerras e pela sangria dos escravos) foram perdendo seus poderes económicos e administrativos para as mãos europeias (Pacheco, 2002). Essas campanhas de ocupação, a par de acordos com autoridades nativas e, sobretudo, as manobras diplomáticas na Europa para delimitação de fronteiras entre potências coloniais (Neto, 2002), refletiram-se em termos práticos na Conferência de Berlim de 1884-1885, que conduziu à implantação da Administração formal europeia nestes territórios.

As doutrinas coloniais portuguesas assentaram em premissas, ideias e meios civilizadores bastante diferentes do que as francesas e inglesas. Promoveu-se na maioria dos territórios administrados uma relação na base da estratificação jurídico-social sobre o vínculo de cidadania<sup>1</sup> (Meneses e Lopes, 2012).

Assim, por força da distribuição político-administrativa do Estado colonial português — propiciada por outros sistemas de propriedade ou de uso de terra para os nativos (diminuição das terras comunitárias, proibição do uso de armas de fogo artesanais) —, a par do aparecimento de indivíduos letrados a nível das pequenas cidades (professores, pastores, enfermeiros), as autoridades tradicionais perderam progressivamente os seus poderes na vida económico-social das suas circunscrições (Pacheco, 2002). Como refere Sebastião Garcia:

“(...) o momento de ocupação quando os colonos vieram, tirou-nos o nosso poder, nossas terras, nosso direito (...) (Garcia, 2004: 37)”<sup>2</sup>

Desta forma, o poder tradicional que, outrora era a referência da organização social dos povos, esteve limitado às chefias das linhagens que se faziam sentir a nível de

---

<sup>1</sup>“Cidadãos de primeira (brancos nascidos na metrópole), cidadãos de segunda (brancos nascidos nas colónias), assimilados e indígenas caracterizavam o tecido social presente na Angola colonial” (Meneses e Lopes, 2012:333).

<sup>2</sup> *Soba da Província do Bengo* – em representação das instituições do poder tradicional daquela localidade – a quando do 1º Encontro Sobre Autoridade Tradicional em Angola, organizado pelo Ministério da Administração do Território [MAT], em Luanda, em 2002.

aldeias ou de grupos de aldeias, com atuação na resolução de conflitos, na gestão de terras cada vez mais exíguas, e no culto dos antepassados, nas relações com o mundo sobrenatural (Pacheco, 2002), ficando as configurações essenciais da gestão ou decisão política, administrativas e económicas das sociedades, confinadas às ordens da estrutura colonial portuguesa.

Todavia, pela falta de afirmação e legitimação perante as populações nativas, depressa se fez sentir a necessidade do poder político colonial no âmbito da sua administração local a uma cooptação do poder tradicional. O mesmo é dizer: a ligação formal com aqueles que possuíam a verdadeira legitimidade nas diretrizes das relações sociais do povo, isto é, procurou-se nas autoridades tradicionais, uma extensão das suas atividades junto das comunidades nativas.

Para Marques Guedes (Guedes *et al*, 2003), a cooptação destes poderes sobre populações locais, a que o Estado português teve dificuldades “logísticas” de acesso, constituiu uma solução evidente para agenda político-administrativa colonial, apostada em fazer sentir sua presença e exercer controlo nesse âmbito. A exemplo do que aconteceu noutras regiões africanas, Portugal recorreu — em Angola e outras colónias — ao sistema de administração indireta<sup>3</sup>, em que a figura da autoridade tradicional se considerava fundamental, ou seja, uma condição *sine qua non* para a manutenção da estrutura administrativa colonial junto dos outones (Meneses e Lopes, 2012). É nesta perspetiva que Alask Orre concluiu que a integração das chefaturas africanas na governação local, sob um Estado moderno delineado de acordo com os padrões europeus, começou com o colonialismo (Orre, 2009). Neste contexto, o *Soba* Sebastião Garcia enfatiza a política administrativa do Estado colonial português perante as comunidades outones angolanas ao descrever que,

“(…) eles sentiram a necessidade de fazer uma ligação entre o povo e o governo é assim que se criou os Sobas. O Soba foi criado pela necessidade de um governo colonial, antigamente não existia, o dono da terra, houve essa preocupação, não podia fazer ligação direta com o Dembo porque o Dembo é o

---

<sup>3</sup> Ou “*indirect rule*”, em que se reconhecia os chefes tradicionais e suas respetivas estruturas na manutenção das organizações sociais dos povos colonizados, ou seja, não obstante o “despotismo local” dos chefes tradicionais, foram delegados poderes e competências significativas para governar o quotidiano nas suas “comunidades”.



dono, como é o dono da terra, não podia ir fazer qualquer ligação, foi assim que se criou os Sobas, Cabos e Cantoneiros (...) mas o Soba também não podia ir diretamente ao povo, tinha que ir informar ao Dembo para poder dar a conhecer ao Muene Capita que tem a sua população, é assim que os trabalhos eram executados (Garcia, 2004: 37).”

Todavia, com um modelo de administração vigorosamente centralizado, Portugal produziu naquele território uma estrutura de funcionários cujos escalões mais baixos acabavam por efetuar o contacto direto com os autóctones. Para Neto (2002: 8), “aqueles poderes que puderam sobreviver à desarticulação causada pelo tráfico de escravos e às campanhas de ocupação que decapitaram todas as grandes chefias, foram reconhecidos, desde que se sujeitassem ao papel de auxiliares da administração e a sua atuação fosse do superior interesse desta.”

Este reconhecimento/institucionalização das autoridades tradicionais ao serviço da governação portuguesa deu-se por força das *Reformas Administrativas Ultramarinas* de 1933<sup>4</sup>, bem como as ocorridas em 1961<sup>5</sup>, que dentre outros aspetos definiram as regedorias<sup>6</sup> como unidades administrativas chefiadas por um Regedor, nomeado pelo Governador — de Distrito ou Província (Pacheco, 2002). A estes regedores administrativos investiram-lhes funções policiais e de auxiliares da administração (Neto, 2002), ou seja, lhes foram incumbidas diversas atribuições cuja finalidade centrou-se essencialmente na inserção da doutrina colonial na vida económica e social do povo — “o controlo da população, a cobrança de impostos, a angariação de força de trabalho, a reparação de estradas e caminhos, a imposição de culturas agrícolas, o canal de

---

<sup>4</sup> Que estabeleceu (Secção XII, artigo 76.º) como auxiliares da administração civil nas colónias os cipaiois, os intérpretes e as autoridades gentílicas (as autoridades tradicionais). Instituiu os Regedores (abaixo destes, ficam os “chefes de grupo de povoações” e o “chefe de povoação”), como chefe das regedorias – onde fica agrupada a população indígena (embora possam manter o uso da designação local de “reinos” ou “sobados”), dependentes do Administrador de circunscrição (Neto, 2002).

<sup>5</sup> Os Decretos nº 43896 de 6 de setembro de 1961 e o n.º 43897 de 6 de setembro de 1961 (Neto, 2002; Pacheco, 2002), foram os principais instrumentos destas reformas.

<sup>6</sup> Uma regedoria, em princípio, era dividida em grupos de povoações. Sua implantação era efetuada de forma mais sensata, procurava-se que os seus limites correspondessem, de forma genérica, aos antigos territórios dos “sobados” maiores - *ombala*, *ixi* ou *mbanza*, respectivamente nas línguas *umbundu*, *kimbundu* e *kicongo* (Pacheco, 2002).

comunicação com o Estado” (Pacheco, 2002: 4) — satisfazendo, os verdadeiros interesses da governação colonizadora, verificando-se assim, a subtileza manipuladora do poder colonial sobre as autoridades gentílicas (Fernandes, 2009).

### **2.1.2 – O período pós-colonial: da incompatibilidade com o Estado**

Esta fase é essencialmente caracterizada pela vaga generalizada de independências, que surgiram nos anos 60 em África, e, no caso português, nos anos 70 do século XX.

Em virtude da desarticulação económica, de conflitos, que impeliam a uma mobilização administrativa de recursos e de subsistências, os líderes optaram pela centralização do poder, cujo conceito de nação em construção passava pela homogeneização social a lograr através da imposição do “homem novo” (Nascimento, Rodrigues e Fernandes, 2015).

Em retrospectiva, e atendendo a este contexto, Marques Guedes refere que pela natureza do exercício do poder político e legitimação (e, por conseguinte, a consolidação) do próprio Estado, tenha ocorrido uma espécie de convergências na posição adotada pelos governos africanos. Para o autor, a retórica daqueles líderes nacionalistas, veementemente modernizadora, pesou na reificação das convergências putativas nas agendas políticas dos Estados sobre os chefes tradicionais, uma vez que as atitudes e aspirações das autoridades locais foram vistas como incompatíveis com as inovações revolucionárias (Guedes *et al.* 2003; 2007), na medida em que muitos Estados defendiam que autoridades tradicionais se tinham vendido de tal forma ao Estado colonial, que jamais seriam resgatáveis, e que, consequentemente, estavam destinados a enfraquecerem até ao seu desaparecimento (Nieuwaal, 2005).

Assim, a exemplo de outras realidades africanas<sup>7</sup>, o Estado angolano procurou, num primeiro momento, relegar para um plano secundário as autoridades tradicionais, justificando esta opção centralista em nome da unidade nacional (Meneses e Lopes, 2012). Percebe-se assim que Pacheco caracterize a postura do Governo na 1ª República nos seguintes termos:

“(…), os anos que precederam a proclamação da independência, quer o poder tradicional como as suas

---

<sup>7</sup> Como sucedeu em Moçambique com o Governo da FRELIMO. Vide igualmente, Nieuwaal, 1999; Florêncio, 2015; Mutemba, 2015.

instituições foram praticamente ignorados pelo poder estatal, isto é, não houve qualquer reconhecimento constitucional no quadro da sua existência e seu papel enquanto representantes locais. Ademais, este papel esteve a cargo dos Comités de Ação do Partido (CAP), que assumiu o monopólio do poder político e administrativo a nível local (Pacheco, 2002: 5).”

Na perceção de Marques Guedes, aliás partilhada por Carlos Feijó, para o então Governo monopartidário angolano aceitar e conferir as chefias tradicionais a função de representante ou de corpo intermédio entre o Estado e as populações, significaria reconhecer juridicamente que os espaços de autonomia política de facto seriam mantidos onde o poder estadual queria insistir num controlo administrativo meticuloso e uniforme sobre a população (Guedes *et al*, 2003; Feijó, 2012), optando por ignorar completamente a sua relevância, uma vez que os sinais demonstrados pela Lei Constitucional de 1975<sup>8</sup> bem como na revisão constitucional de 1978 (que marcou a consolidação do Estado de partido único), davam sentido a esta posição.

Por sua vez, Aslak Orre (2010) na sua tese de doutoramento, intitulada o *Entrincheiramento do Partido-Estado na Era Multipartidária – Os Partidos da Oposição, Autoridades Tradicionais e Novos Conselhos de Representantes Locais em Angola e Moçambique* — ao abordar de forma comparada as dinâmicas das relações Estado/autoridades tradicionais nestes dois países — refere que nesta altura em Moçambique, o prestígio e poder social das autoridades tradicionais foram ativamente combatidos pelo Governo da FRELIMO e que, em contraste, o Governo do MPLA não foi tão longe (como a FRELIMO), mas agiu como se aqueles não existissem.

Em suma, as autoridades tradicionais no período que se seguiu à proclamação da independência foram consideradas como uma triste herança do passado colonial, suspeitas de desempenhar um papel influenciador negativo no seio das populações, contribuindo para a inviabilização do poder instituído em 1975. Por isso, foram significativamente menosprezadas.

---

<sup>8</sup> Em que o princípio da representação do povo pelo MPLA, ao qual cabe a direção política, económica e social da Nação (cf. Art.º 2) e o princípio da solidariedade da Nação angolana e da liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo (cf. Art.º. 5), não aventavam qualquer outra autoridade, como era o caso das autoridades tradicionais.

### **2.1.3 – O período de democratização: da coexistência e reconhecimento formal.**

Com o evidente falhanço do Estado centralizado em África, nas décadas de 70 e 80, a introdução da democracia nas agendas políticas nos anos 90 (Florêncio, 2010) produziu macro-mudanças no contexto regional, dando azo à emergência de conceitos associados à descentralização, participação e representação, estabelecendo as fundações para reforçar a ligação entre o Estado e as outras autoridades (Meneses e Lopes, 2012). O contexto angolano não ficou alheio a esta realidade. Após décadas de governação centralizada, a abertura ao multipartidarismo, aos princípios democráticos e a economia de mercado conduziram a uma mudança no comportamento do Estado quanto ao *dossier* autoridades tradicionais, ou seja, houve uma tentativa de aproximação às chefias tradicionais.

Para Marques Guedes, esta postura de proximidade do governo surge em virtude das autoridades tradicionais se afirmarem como relevantes devido à ineficiência do Estado na satisfação dos interesses da população (Guedes *et al*, 2003), sobretudo em zonas mais recônditas e especialmente naquelas que estavam sob o domínio da UNITA durante a guerra civil, com o objetivo de as colocar ao serviço do Estado, exercendo por essa via o controlo das comunidades locais (Tuny, 2007). Esta ideia é também sublinhada por Fernando Pacheco, que se refere ao reconhecimento tácito<sup>9</sup> das chefias tradicionais nos seguintes termos:

“na medida em que, por ausência de outros poderes públicos, eles foram chamados a desempenhar determinadas funções por delegação da Administração do Estado. A expressão máxima deste tipo de funcionalidade ocorreu quando, em 1992, tais instituições foram chamadas a decidir sobre quem deveria votar em vastas áreas do país, onde não existiam outras formas de poder público ou instituições suficientemente idóneas para desempenhar tal papel. De qualquer modo, o seu desempenho, tendo sempre um cariz meramente utilitário, revelou a existência de estruturas locais de

---

<sup>9</sup> Vide: UNDP (2004). *Study on Deconcentration and Decentralization in Angola*. Disponível em: [http://www.ao.undp.org/content/angola/en/home/library/democratic\\_governance/study-deconcentration-decentralization.html](http://www.ao.undp.org/content/angola/en/home/library/democratic_governance/study-deconcentration-decentralization.html). (Acedido em 08/01/2018).

poder que preenchem um vazio que o Estado socialista não conseguiu preencher (Pacheco, 2002: 5).”

Apesar do reconhecimento a nível estatal, as questões sobre a estrutura e funcionamento destas chefias locais no âmbito formal pouco se avançou, “se avistara uma aproximação de retórica, uma vez que no plano constitucional tal reconciliação ou reconhecimento não ganhava espaço”<sup>10</sup> (Feijó, 2012: 350).

Para Fauré e Rodrigues (2012), esta relevância consignada ao poder tradicional surge como um objetivo pragmático de “relegitimação” do Estado junto das comunidades locais, face ao evidente falhanço na promoção da melhoria das condições de vida ao nível local. Salientam, ainda, estes autores que o Estado angolano procedeu uma reorganização político-administrativa das relações entre o poder central e a administração periférica, abrindo-se a possibilidade de articulação das autoridades tradicionais como o nível mais baixo da administração pública local.<sup>11</sup> Porém, “estas autoridades locais continuaram a funcionar num contexto ambíguo, ou seja, remuneradas pelo Estado, mas sem reconhecimento constitucional” (Meneses e Lopes, 2012: 334). Assim, esta estratégia de aproximação/adaptação das autoridades tradicionais na organização administrativa do Estado serviu de justificativa para promover um aumento desenfreado do número de autoridades tradicionais reconhecidas em todo país.

Contudo, a partir de 2001, a questão da integração das autoridades tradicionais, e sobretudo a questão do poder local e da descentralização, passaram a obter especial relevância, quer nas agendas políticas estatais, quer da sociedade civil.

---

<sup>10</sup> Apesar da viragem democrática do poder político, da adoção do «pluralismo de expressão e de organização política», a Constituição angolana, *rectius*, a Lei Constitucional, continuava a não dar mostras de “apaziguamento” e de “reconhecimento” do poder político estadual com as chefias tradicionais.

<sup>11</sup> Esta estratégia foi inicialmente concretizada pela atribuição de uniformes às autoridades tradicionais, por via do Decreto nº 2/86, de 27 de dezembro. Este diploma veio determinar que as autoridades (Grande Soba, Soba e Sékulo), deveriam utilizar um determinado tipo de uniforme, à semelhança do período colonial, bem como o momento e a forma de o fazerem. Posteriormente, o Estado angolano regularizou a atribuição de suícdios as autoridades tradicionais (Decreto conjunto nº 37/92, de 21 de agosto), para passassem a dispor dos necessários recursos financeiros para o exercício da sua autoridade. Este diploma não veio só reconhecer o valor “cultural” das autoridades tradicionais, como também a importância do fortalecimento do poder tradicional e do respeito e conservação do direito consuetudinário. No entanto, o reconhecimento do poder tradicional tem um limite: ele termina a partir do momento em que a lei do Estado é violada pelas autoridades tradicionais (Fauré e Rodrigues, 2012; Fernandes, 2012; Meneses e Lopes, 2012).

Nesse sentido, saliente-se o relatório de 2001, elaborado pelo Grupo Técnico para as Questões Jurídico Legais — denominado de *Plano Estratégico da Desconcentração e Descentralização Administrativas: o Poder Local Autárquico e o Poder Tradicional em Angola* — apresentado ao Conselho de Ministro, em setembro do mesmo ano. Este relatório apresenta um conjunto de propostas com vista a traçar uma estratégia de organização da administração ao nível local, municipal e comunal. Os autores fundamentaram a necessidade deste plano estratégico de modo relevante, a partir das debilidades do Estado, mas ainda num contexto de guerra civil, ou seja, “a situação de guerra e de instabilidade militar reflete-se imediatamente, na debilidade geral do Estado e da sua administração, estruturação, funcionamento, autoridade, coesão e eficiência” (Grupo Técnico para as Questões Jurídico-Legais, 2001: 5), daí que o processo de construção do Estado a nível local consistiria numa prioridade dada a ineficácia, incapacidade e falta de legitimidade do Estado central em controlar administrativamente a totalidade do território e da população (Florêncio, 2010). Os autores da proposta defendiam um processo global de construção do Estado local, faseado e gradualista: num primeiro momento, teria lugar a reforma da administração local do Estado; e, depois, proceder-se-ia à institucionalização de um poder local autónomo autárquico e tradicional (Grupo Técnico para as Questões Jurídico-Legais, 2001).

Surgiram também da sociedade civil, importantes iniciativas, tais como as do FONGA (Fórum das Organizações Não Governamentais Angolanas), em 2001, o Workshop de Reflexão sobre o Papel das Autoridades Tradicionais na Construção da Paz em Angola, entre o dia 8 e 10 de agosto; e o Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola: Estudo Analítico e Avaliativo da Crise em Angola, de 10 a 13 de setembro. Estas iniciativas visavam, dentre outros objetivos, pôr em destaque a legitimidade das autoridades tradicionais angolanas e o seu papel na busca da paz genuína para todos; criar um espaço apropriado para o verdadeiro exercício do poder tradicional, bem como a discussão sobre a criação condições para a elaboração de uma proposta de Lei base sobre o poder tradicional em Angola (FONGA, 2001).

Terminada a guerra civil, em 2002, e face a necessidade de extensão da administração à totalidade do território nacional, concretamente com o esforço de formação do Estado ao nível local, o Estado angolano centrou em si a condução do processo de desconcentração e de descentralização, através da intervenção do MAT (Ministério da Administração do Território), que desenvolveu e patrocinou uma série de estudos que se centraram na atribuição de modelos de desconcentração e

descentralização, de definição de poder local, de criação de autarquias e de inclusão das autoridades tradicionais (Florêncio, 2010). Com esse propósito, o MAT organizou em 2002, o 1º Encontro Nacional Sobre a Autoridade Tradicional em Angola e, em 2008, patrocinou um 2º Encontro das Autoridades Tradicionais Angolanas, cujas conclusões pouco adiantam em relação ao 1º encontro, reforçando sobretudo a necessidade de enquadramento jurídico-legal ao nível nacional das autoridades tradicionais. Em síntese, o MAT esclarece os intentos desse encontro:

“necessidade de criar mecanismos que permitam que a Autoridade Tradicional tenha uma ação complementar ao Estado Democrático e de Direito, com um único objetivo, um melhor enquadramento das populações para uma harmonia sã e permitir a consolidação da unidade nacional. Neste contexto, a Autoridade Tradicional pode e deve ajudar a ação governativa do Estado pelo que necessita do apoio moral das autoridades modernas (MAT, 2004: 17).”

Por outro lado, o MAT apresentou ainda, dentre outras propostas elaboradas pelas próprias autoridades tradicionais presentes nesse encontro, um vasto conjunto de propostas, nomeadamente: Propostas da Autoridade Tradicional sobre a coabitação com o Estado; Reconhecimento do seu Estatuto e da sua dignidade sob o ponto de vista constitucional; Reconhecimento da sua participação na melhoria das condições de vida das suas comunidades; Reconhecimento da sua qualidade e guardião da cultura; Reconhecimento das suas decisões no âmbito do Direito consuetudinário deixando ao Estado apenas casos de maior gravidade (MAT, 2004). Procurando assim, a tentativa de uma convivência harmoniosa entre os dois poderes.

Contudo, a consagração destes esforços conjuntos na procura de soluções tendentes a coexistência entre os dois tipos de poderes, viria a ser conseguida com a aprovação da Constituição de 2010, ao reconhecer formalmente as autoridades tradicionais, enquadrando-as na estrutura orgânica do poder local (Artigo 213º n.º 1 e 2 da CRA), como um poder anterior ao Estado (Orre, 2013) e exortar as entidades públicas e privadas o respeito aos valores e normas consuetudinárias nas relações com aquelas instituições do poder tradicional (Artigo 223º da CRA).

Este contexto marca significativamente uma nova etapa nas relações entre o Estado e as instituições do poder tradicional em Angola. Assim, a Constituição reconhece



a existência do pluralismo jurídico no país, aceita a sua aplicação e outorga um papel especial, cuja autoridade e poder são respeitados principalmente no seio das respetivas organizações político-comunitárias.

## **2.2 – A administração local do Estado**

As questões sobre a descentralização e desconcentração administrativa em Angola podem ser enquadradas num contexto amplo das estratégias de aproximação do Estado junto das estruturas sociais de base local, quer pela tentativa de relegitimação do governo central perante as comunidades, como pela incapacidade na satisfação das necessidades primárias dos cidadãos, assim como pelo incentivo do crescente interesse de organizações internacionais<sup>12</sup> no auxílio em planear e implementar programas neste âmbito.

Não é nossa pretensão efetuar uma incursão exaustiva sobre as varias envolventes desta temática, centraremos-nos essencialmente na análise do percurso histórico das bases legais da administração local do Estado.

Com proclamação independência, Angola torna-se um Estado de orientação marxista-leninista. A Lei Constitucional de 1975 consagrava no âmbito da organização administrativa do Estado, a divisão do país em Províncias, Concelhos, Comunas, Círculos, Bairros e Povoações (Artigo 46º da Lei Constitucional de 1975 [LC]), e apresentava à partida um claro paradoxo com alguns dos progressos dogmáticos do centralismo democrático, tais como a invocação da unidade, descentralização e a iniciativa local como sendo princípios orientadores da administração local do Estado (artigo 47º, LC de 1975) e do poder local, ao perspetivar a existência de autarquias locais com personalidade jurídica, gozando de autonomia administrativa e financeira (artigo 51º, LC de 1975).

Segundo Lázaro Jaime (2015), esta incongruência veio a ser ultrapassada pois os fundamentos teóricos do marxismo-leninismo não admitiam verdadeiramente a existência de outras pessoas coletivas públicas distintas do Estado e muito menos de entidades territoriais que pudessem ameaçar a sua integridade indivisa. Por isso, se aprovou uma lei que consagrava o centralismo democrático — a Lei dos Órgãos do Poder Popular (Lei nº

---

<sup>12</sup> Foi esse o caso do Banco Mundial, o qual, no contexto dos seus programas de ajustamento estrutural e de reforma da administração pública dos países africanos, viria a executar sucessivos programas de descentralização administrativa (Fernandes, 2012).



1/76 de 5 de fevereiro). Com esse diploma, as autarquias locais da Lei Constitucional foram substituídas pelos Órgãos do Poder Popular.

A Lei nº 1/ 76 de 5 de fevereiro previa a divisão do território angolano para fins político-administrativos, em Províncias, Municípios e Comunas (as Comunas Urbanas subdividiam-se em Bairros e as Comunas Rurais em Povoações), cujo exercício dos representantes administrativos se processassem em consonância com as estruturas de base do Partido-Estado.<sup>13</sup>

No âmbito da revisão Constitucional de 1980, com objetivo de criar os órgãos eleitos do Poder popular, isto é, a Assembleia do Povo e as Assembleias Províncias, foi aprovada a Lei nº 7/81 de 4 de setembro, a Lei dos Órgãos Locais do Estado (também designada por *LOLE*), que se traduziu numa evolução em relação a Lei dos Órgãos do Poder Popular de 1976, pois a noção de administração local já não se reduzia às comissões populares de bairros, estendendo-se também às Assembleias Populares, aos Comissariados e Comissários Provinciais, Municipais e Comunaes (ibidem).

Sete anos depois, é aprovada a Lei nº 21/88 de 31 de dezembro (Lei Orgânica dos Comissariados Províncias e Municipais), que revogava a *LOLE*, com o argumento de que ela não dava a devida regulação jurídica a todas as questões sobre a organização e funcionamento dos Comissariados Provinciais, Municipais e Comunaes, enquanto órgãos executivos locais. Esta Lei procurou separar as funções dos Comissariados enquanto entes da Administração periférica implantados ao nível local das funções dos Comissariados órgãos executivos das Assembleias Populares (Jaime, 2015).

Contudo, na base das profundas mudanças políticas que se registaram em Angola no início da década de 90 — nomeadamente, o fim da guerra civil, instauração do sistema democrático e a realização das primeiras eleições multipartidárias — se impunha uma alteração constitucional que, foi sustentada pela aprovação da Lei nº 23/92 de 16 de setembro, colocando em conformidade ao novo sistema político.

Assim, à luz da revisão constitucional, foram estabelecidos na Lei Constitucional de 1992, os princípios da desconcentração e da descentralização através do estabelecimento de órgãos administrativos locais e autoridades locais eleitas ao nível

---

<sup>13</sup> O artigo 54º desta lei vinha a esclarecer que “os Comissários nomeados para as Províncias e para os Municípios são órgãos de poder local e da Administração, representam o Governo nas suas respetivas circunscrições”. Já o artigo 57.º, dispunha que “no exercício das suas funções, os órgãos do poder local e da administração atuam em estreita coordenação com as organizações de massa do MPLA Partido do Trabalho.

local — Autarquias Locais (artigo 145.º da Lei Constitucional de 1992). Esta nova dinâmica trouxe reformas na Administração do Estado e a possibilidade de implementação das Autarquias Locais.<sup>14</sup> A medida reformadora de relevo surge pela promulgação do Decreto-Lei nº 17/99 de 29 de outubro (sobre a Organização dos Governos Provinciais, Administrações Municipais e Comunaes), que procurou regulamentar a titularidade e formas de exercício das funções da administração local do Estado (Fernandes, 2012). Um dos elementos pertinentes deste percurso foi a transferência das autoridades hierárquicas da maioria dos sectores (saúde, educação, águas, comércio, indústria, etc.) dos ministérios para os governadores provinciais (Lopes, 2012).

É publicado, em janeiro de 2007, o Decreto-Lei nº 2/07<sup>15</sup> sobre organização e funcionamento dos governos províncias, das administrações municipais e comunaes, que revogava a legislação anterior (Decreto-Lei nº 17/99), considerado, na época, desajustado face à atual realidade funcional da Administração do Estado. Este Decreto-Lei procurou indicar as atribuições e competências de cada um dos níveis da administração local: reconhecia as administrações municipais como unidades orçamentais e criou ainda os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS), como “órgãos de apoio consultivo do titular da administração local” (Rodrigues, 2012). Esta Lei também acabou por ser revogada pela Lei nº 17/10 de 29 de julho sobre Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado.

Em setembro de 2016, foi promulgada a nova Lei da Administração Local do Estado (Lei nº 15/16). A nova Lei revoga a Lei nº 17/10, tida como oportuna, num processo legislativo geral que procurava então conformar a legislação ordinária ao texto da Constituição da República de Angola de 2010 (Orre e Pestana, 2016). Estabelece um

---

<sup>14</sup> Não implementadas alegadamente, devido o retorno a guerra civil, pós-eleitoral.

<sup>15</sup> Segundo pesquisadores da realidade angolana (como Pestana, 2012; Lopes, Orre, 2010a; 2012; Santos, 2012), a implementação desta legislação, se avistou até então o período de maior autonomia da administração local do Estado em Angola. Esta Lei transformou as províncias e governos municipais como unidades desconcentradas do Estado, ao mesmo tempo, caminho para maior autonomia territorial, e tornando pela primeira vez, os municípios unidades de orçamentais (em 2008, 68 municípios foram escolhidos para piloto da desconcentração fiscal, tendo recebido, as transferências diretamente do Orçamento do Estado no valor de cerca de US \$ 5 milhões). “Embora a legislação exija que cada município tenha um plano estratégico, planos e orçamentos anuais varia entre municípios. A partir de 2009 todos municípios (163) formam transformados em unidades orçamentais e os recursos afetados para materializar as necessidades e demandas locais” (Lopes, 2012).

novo quadro dos princípios e normas de organização e funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado, os quais são aplicáveis nos escalões Provincial, Municipal e InfraMunicipal.<sup>16</sup>

O traço marcante da atual Lei da administração local do Estado, em relação às anteriores, traduz-se sobretudo na forte presença do Titular do Poder Executivo, conferindo, assim, muitos mais poderes ao Presidente da República do que a legislação anterior. O Decreto Presidencial n.º 208/17 de 22 de setembro, que visa “regulamentar os princípios e normas da organização e funcionamento dos órgãos da administração local do Estado, fixando as atribuições e competências das respetivas estruturas organizacionais, bem como os mecanismos de operacionalização”<sup>17</sup>, é disso uma demonstração concreta, ao tornar a administração local do Estado muito mais dependente do Presidente da República.

Convém referir que, com esta Lei (15/16), se regista a quarta alteração legislativa sobre a administração local do Estado na era democrática, a qual salienta o princípio de desconcentração administrava. No entanto, a prática e a produção legal têm ido no sentido contrário (Orre e Pestana, 2016), ou seja, não obstante a consagração formal do princípio da desconcentração administrativa na administração local, o Estado continua fortemente centralizado.

### **2.3 – A Problemática das autarquias locais**

O poder local constitui uma das fórmulas institucionais do exercício de autoridade nos sistemas democráticos. Esse modelo resulta de um exercício de atribuições e competências para entes autónomos que, estando mais próximos dos cidadãos, se encontram em melhores condições de resolver às demandas daqueles.

Em Angola, o poder local evidencia-se como uma questão relevante e contemporânea não só por merecer consagração constitucional, mas também pelo facto de, no quadro da edificação do Estado democrático de direito, constituir um dos preceitos de participação dos cidadãos na vida pública (Teixeira, 2012).

A concepção do poder local no processo democrático angolano foi introduzida pela Lei Constitucional de 1992, resumindo-o à existência de autarquias locais e de órgãos

---

<sup>16</sup> Neste escalão, integram a Comuna, o Distrito urbano, a Vila, o Bairro e Povoado como categorias deste órgão (artigo 19.º nº1 da Lei n.º 15/16), diferente da lei anterior (Lei nº 17/10), que definia apenas a Comuna como o terceiro órgão da administração local do Estado.

<sup>17</sup> Artigo nº 1º do Decreto Presidencial n.º 208/17.

administrativos locais.<sup>18</sup> Mas, com a Constituição de 2010, esta concepção obtém maior abrangência e separação perante os órgãos administrativos locais do Estado, estruturando-se com base no princípio da descentralização político-administrativa compreendendo a existência de formas organizativas de poder local, que para além das autarquias locais compreendem ainda as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos.<sup>19</sup>

José Alexandrino (2010) que desenvolveu um estudo intitulado *O Poder Local na Constituição da República de Angola: os Princípios Fundamentais*, analisou o poder local na CRA e ressaltou que o conceito corresponde a uma expressão constitucional, a qual assinala enfaticamente a presença de uma verdadeira dimensão do poder político (democrático e tradicional). O que significa que não estamos diante de um simples segmento da administração pública (uma vez que surge num título separado do título sobre a organização do poder do Estado). Segundo Alexandrino (2010), sendo uma dimensão do poder político, o poder local é, no entanto, um poder político não-soberano (não invade nem pode ameaçar os poderes de soberania reservados ao Estado, que continua unitário). Trata-se, pois, de um poder que tem de conviver com outros poderes, públicos, tradicionais e privados, designadamente com outros poderes administrativos do Estado, em especial os de controlo.<sup>20</sup>

A CRA concede ao conceito de poder local uma valência tridimensional, ao consagrar a existência de três formas organizativas: as autarquias locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos (artigo 213º n.º 2 da CRA). Para Alexandrino (2010), estes poderes locais têm na CRA diversos sentidos: ora derivam do ordenamento do Estado, mas são democráticos e autónomos; ora dispõem de um ordenamento originário próprio e exercem poderes tradicionais; ora são meros poderes legais de participação em atos, procedimentos, órgãos ou instituições.

A Assembleia Nacional (AN) aprovou um Plano de Tarefas Essenciais para a Preparação e Realização das Eleições Gerais e Autárquicas (Resolução nº 14/15, de 17 de junho), que, dentre outras tarefas, quanto a autarquia prevê:

a) A realização de um diagnóstico sobre a existência de infraestruturas e de recursos financeiros, humanos e outros necessários à implementação das autarquias que

---

<sup>18</sup> Artigo 145º da LCRA

<sup>19</sup> <sup>19</sup> Artigo 213º da CRA

<sup>20</sup> Artigo 221º da CRA

visa estabelecer um conjunto de indicadores para avaliar uma entidade territorial como apta para o processo autárquico, que deveria ter sido concluído até agosto de 2015.

b) Estabelecimento dos limites territoriais de cada circunscrição administrativa, definindo corretamente os limites territoriais de cada circunscrição autárquica e outros elementos necessários;

c) A aprovação da legislação necessária à implementação das autarquias, nomeadamente a Lei da Organização e Funcionamento das Autarquias Locais; a Lei das Eleições Autárquicas; a Lei da Tutela; a Lei do Estatuto Remuneratório dos Eleitos Locais e a Lei das Finanças Locais;

d) Definição do calendário de realização das eleições autárquicas.

Por outro lado, segundo Orre e Pestana (2016), a agenda do Executivo cessante previa também um conjunto de ações com vista à realização das eleições autárquicas — que foram sintetizadas pelo órgão auxiliar do Presidente da República, o Conselho de Ministros, nomeadamente avaliar o potencial dos municípios de arrecadação de receitas próprias e adaptar a estrutura e funções do Orçamento Geral do Estado e da Administração Fiscal, bem como, com base no levantamento do património imobiliário da Administração Local do Estado, determinar qual o património a transferir para as autarquias locais —, mas na prática pouco se fez, nenhuma destas tarefas foram realizadas. “Mais uma vez o Executivo alega a falta de condições efetivas para a convocação das eleições autárquicas” (Orre e Pestana, 2016: 264).

Entretanto, com a eleição do Presidente da República de Angola João Manuel Gonçalves Lourenço, em agosto 2017 — caracterizada por grandes expectativas na consolidação do Estado democrático e de direito —, a questão da implementação das autarquias locais obteve maior relevância na sociedade civil (pela discussão aberta que se tem verificado) e sobretudo pelo ímpeto aplicado pelo novo Titular do Poder Executivo<sup>21</sup>, que em consulta ao Conselho da República indica o ano de 2020 para realização das primeiras eleições autárquicas.<sup>22</sup> Segundo o *Comunicado Final da Reunião do Conselho da República*, as primeiras autarquias em Angola devem ser realizadas de forma gradual e que,

---

<sup>21</sup> Tendo defendido quando do seu discurso de tomada de posse, que no decurso do seu mandato (2017-2022) se procederá “a implantação progressiva das autarquias, reforçando e aprofundando assim a autonomia e o controlo local sobre a execução de políticas públicas” (Lourenço, 2017: 6).

<sup>22</sup> Por recomendação consensual do Conselho da República, na sua primeira reunião ordinária.

“neste sentido, sejam definidos os critérios de seleção do primeiro grupo de municípios para a experiência inicial, devendo a este respeito considerar-se experiências e critérios diferenciados, dentre eles: municípios urbanos e municípios rurais, municípios mais populosos e menos populosos, o estágio de desenvolvimento dos municípios e os municípios com maior ou menor capacidade de arrecadação de receitas (Conselho da República de Angola, 2018: 3)”.

Para tal, dever-se-á reunir (em prática) todas as condições técnicas, administrativas, matérias e financeiras já acima referidas.

A par da indeterminação sobre a institucionalização efetiva das autarquias, o “princípio do gradualismo”<sup>23</sup> revela-se como um dos principais focos de discussões, tanto nos círculos políticos e académicos, como na sociedade civil.

Carlos Feijó considera este princípio fundamental, de forma a obter-se uma autonomia local substantiva, ao invés de uma mera reprodução mecânica de normativos legais sem que seja acompanhada dos meios humanos, matérias e financeiros indispensáveis para concretizar as atribuições e competências formalmente transferidas. Assim, refere que numa primeira fase, o princípio do gradualismo dita que a tutela do Estado será mais intensa para assegurar e proteger melhor certos bens essenciais, como a unidade e o desenvolvimento harmonioso do país (Feijó, 2012).

Segundo Orre e Pestana (2014), o executivo tende a resumir o debate a escolha entre uma implementação progressiva imediata e uma outra instantânea geral a posterior<sup>24</sup>, e a escolha parece ir no sentido de um meio-termo entre as duas ideias, pois refere a necessidade de alguma prudência, sem excluir naturalmente a realização de experiências-piloto (gradualismo geográfico). Para estes pesquisadores, faz todo sentido a introdução gradual de uma grande reforma. O sentido de prudência é aparentemente

---

<sup>23</sup> Este princípio defende que a institucionalização efetiva das autarquias locais obedece ao princípio do gradualismo, e que os órgãos competentes do Estado determinam por lei a oportunidade da sua criação, o alargamento gradual das suas atribuições, o doseamento da tutela de mérito e a transitoriedade entre a administração local do Estado e as autarquias locais (artigo 242.º n.º 1 e 2 da CRA).

<sup>24</sup> Ou seja, uma ideia é de que se devia escolher um conjunto de municípios e cidades, começar por aí e avançar progressivamente, outra ideia é a de se preparar e fazer tudo de uma única vez (apresentado pelo então Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, atual Vice-Presidente da República).

pacífico. Mas, o que já se presta a controvérsia é o gradualismo geográfico que se parece propor, ao sugerir que a autarquização comece apenas em algumas zonas (por exemplo, nos municípios mais desenvolvidos e somente depois em outros). Defendem assim duas razões para recusar o gradualismo geográfico: uma prende-se com o facto de tal ser contrário à Constituição<sup>25</sup>, já a outra, se refere à experiência histórica, que indica que com a introdução gradual das autarquias se poderá enraizar um sistema dualista entre o meio urbano e o meio rural.<sup>26</sup>

O consenso (do Governo, os partidos da oposição e a sociedade civil) ao se considerar fundamental a autarquização do país rumo a uma governação próxima aos cidadãos, quer pela extensão territorial como pela diversidade e complexidade dos problemas locais, faz todo sentido a necessidade de instauração de um poder com autonomia local capaz de melhorar o bem-estar dos angolanos. Mas, duas questões realçam as expectativas deste processo: haverá algum consenso sobre a interpretação do princípio do gradualismo? E, terá o atual Executivo vontade política para implementação das autarquias no ano preconizado (2020) face ao árduo caminho que se deve percorrer, sendo que o país não possui qualquer experiência no caso?

---

<sup>25</sup> O gradualismo geográfico é contrario aos princípios da universalidade (artigo 22º, CRA) e da igualdade (artigo 28º, CRA) e a toda letra e espírito da Constituição que são contra o desenvolvimento separado e afirmam a necessidade de um desenvolvimento sustentado e harmonioso do país (artigos 89º, 91º e outros da CRA).

<sup>26</sup> Como o caso de Moçambique.



## CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO AMBRIZ

### 3.1 – Contextualização

A região que circunscreve o município do Ambriz, tal como noutros pontos do país, experimentou durante vários períodos da sua história, diversas formas de orientação ou administração comunitária que ainda hoje exerce influência significativa no quotidiano dos indivíduos que nela habitam.

Segundo Fonseca (1985) os autóctones do Ambriz são maioritariamente do grupo étnico Bacongo ou Kikongo<sup>27</sup> e “existe também uma minoria do grupo Ovimbundo (predominante no Tabi) e Kimbundo nas aldeias fronteiriças com a comuna de Dande” (AMA, 2017: 15).

Ambriz consiste numa das várias localidades do território angolano com visíveis défices de desenvolvimento, não obstante a existência de grandes potencialidades propiciadas pela natureza favoráveis à alteração deste quadro, como “solos cultiváveis, a riqueza marinha, recursos inertes (gesso, burgau, granito, mármore, etc.) e ainda diversos locais históricos<sup>28</sup> (Administração Municipal do Ambriz, 2016: 6)”, que a podem impulsionar a uma potência turística daquela região. Detentora de um posicionamento geográfico privilegiado que noutrora motivou disputas hegemónicas de potências coloniais para o seu controlo sendo incorporada aos territórios sob ocupação e domínio colonial português, em 1855 (Marques, 2006; Wissenbach, 2015), até às vésperas da proclamação da independência nacional, em 1975.

A conjuntura de guerra civil fratricida que decorreu no país, tanto após a independência como a seguir às primeiras eleições multipartidárias afectou sobremaneira o seu desenvolvimento económico e social com a degradação quase total das infraestruturas (Administração Municipal do Ambriz [AMA], 2017:14).

Por outro lado, pela quase inexistência efectiva de instituições estatais por força do conflito armado que ocorreu (sobretudo depois de 1992), a institucionalização da autoridade nas aldeias, bairros ou povoações, durante algum tempo foram asseguradas fundamentalmente pelas instituições das autoridades tradicionais, “vindo a prestar todo

---

<sup>27</sup> Vide: Redinha, José (1974). *Distribuição étnica de Angola*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.

<sup>28</sup> Dentre eles, o edifício da antiga Câmara Municipal do Ambriz, Edifício da Administração Municipal do Ambriz, Casa dos Escravos, Fortaleza, Igreja do São José.



seu contributo na organização e orientação das populações, apoiando o Governo na resolução de diversos problemas” (MAT, 2004: 25).

O alcance da paz efectiva (em 2002) favoreceu significativamente a reestruturação das infraestruturas, o restabelecimento da administração local do Estado como também o reassentamento populacional no município. Neste contexto, as instituições do poder tradicionais continuaram a desempenhar um papel fundamental e se legitimando cada vez mais perante ao Estado.

### 3.2 – Situação geográfica

Conforme ilustra o mapa político de Angola (figura: 1), o município do Ambriz situa-se no litoral do país, a norte da província do Bengo, é o terceiro maior município daquela província ocupando uma extensão territorial de 4.203,5 Km<sup>2</sup> (numa superfície de 20.657 Km<sup>2</sup> que compõe a província do Bengo). Dista a cerca de 127 quilómetros da cidade de Caxito (a capital provincial). Se limita a Norte com o município do Nzeto, província do Zaire, a Sul com o município do Dande, a Leste com o município do Nambuangongo e a Oeste com o Oceano Atlântico (Governo Provincial do Bengo [GPB], 2015).



Figura 1: Mapa Político da República de Angola

Administrativamente é composto por 3 comunas, Ambriz (a sede municipal), Tabi e Bela Vista (que distam a 82 e 97 quilómetros da comuna sede) e possui 37 bairros ou aldeias. Situa-se a 25 metros do nível do mar, com clima tropical, temperatura variante entre 26-32 graus centígrados e com precipitações durante todo ano. O território é atravessado pelos rios Loge com curso de águas permanentes, Onzo e Wezo, com cursos de águas intermitentes propicias para a pesca e irrigação (GPB, 2015b), e ainda pelo “rio Mbridge, que apresenta uma bacia hidrográfica, com elevado potencial para a produção de energia” (AMA,2017:21).

A semelhança do que sucedeu com Dande, Icolo e Bengo e Nambuangongo, Ambriz também foi Concelho do Distrito de Luanda, desde fevereiro de 1971 até aos primeiros anos da independência de Angola. A partir de 1980 constituiu num dos municípios da província do Bengo (a mais nova província do país), criada através da Lei nº 3/80 de 26 de abril, que dividiu Luanda em duas províncias, ou seja, a província de Luanda e a do Bengo<sup>29</sup> (GPB, 2015).

### 3.3 – Situação demográfica

Segundo resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola — o primeiro depois da independência nacional, realizado de 16 a 31 de maio de 2014 (tabela: 1) — estima-se que a população no município do Ambriz é de cerca de 21.806 habitantes. O quadro que segue ilustra pormenorizadamente alguns dados demográficos referentes ao município.

**Tabela 1:** População residente por municípios na Província do Bengo, segundo o sexo e índice de masculinidade, 2014.

População/Município Área de residência	População Residente						Índice de Masculinidade
	Total		Homens		Mulheres		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Bengo	351.579	100	174.362	100	177.217	100	98,4
Área de residência							
Urbana	149.922	42,6	73.109	41,9	76.813	43,3	95,2
Rural	201.657	57,4	101.253	58,1	100.404	56,7	100,8
Município							
Ambriz	21.806	6,2	11.045	6,3	10.761	6,1	102,6
Bula-Atumba	16.047	4,6	7.805	4,5	8.242	4,7	94,7

<sup>29</sup> Com a inclusão de três municípios que anteriormente pertenciam a província do Kwanza Norte, nomeadamente, Pango-Aluquém, Dembos e Bula-Atumba.

Dande	217.929	62	108.436	62,2	109.493	61,8	99
Dembo	28.202	8	23.737	7,9	14.465	8,2	94,7
Nambuangongo	61.024	17,4	29.943	17,2	31.081	17,5	96,3
Pango-Aluquém	6.571	1,9	3.396	1,9	3.175	1,8	107

**Fonte:** INE - Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014.

Com base na tabela acima, o número de habitantes corresponde a cerca de 6,2% da província, maioritariamente do género masculino (com cerca de 11.045) correspondendo 6,3% da província, enquanto que o género feminino é de cerca de 10.761 habitantes correspondendo 6,1% no total da província. O grosso da população reside em zonas rurais, como toda província.

Por outro lado, o Ambriz se afigura no município com menor densidade populacional da província do Bengo com cerca de 6 habitantes por quilómetro quadrado, enquanto que o município do Dande para além de ser o mais populoso é igualmente o com maior densidade, com cerca de 30 habitantes por quilómetro quadrado (GPB, 2015a).

Os naturais de Ambriz denominam-se *ambrizenses*. A população vive na sua maior parte de acordo com os padrões habitacionais angolanos e conforme o referido pelo *Censo 2014* (na tabela acima), reside maioritariamente em zonas rurais.

### 3.4 – Organização administrativa

A governação local constitui um dos preceitos institucionais no exercício do poder do Estado nos sistemas democráticos. Em regra, ela assenta em princípios e processos pelos quais os atores locais participam de forma mais ativa nos processos de decisões sobre o território onde habitam, por forma a aproximar os serviços públicos junto dos cidadãos. Esta organização pode ser estabelecida por um lado, de forma desconcentrada, que diz respeito à atuação dos órgãos da administração local do Estado, e por outro, de forma descentralizada, que diz respeito às estruturas do exercício do poder local (Teixeira, 2011; Massuanganhe, 2012).

A Constituição de 2010 que estabelece as bases da administração local do Estado consagra o seu exercício por órgãos desconcentrados da administração central, que visam assegurar a nível local, a realização das atribuições e interesses específicos da administração do Estado na respetiva circunscrição administrativa, respeitando a autonomia do poder local (artigo 201º da CRA).

No Ambriz — conforme noutros municípios do país — a organização da administração local do Estado está plasmada na Lei nº 15/16 de 12 de setembro (que

revogou o Decreto-Lei nº 17/10 de 29 de julho, sobre a organização e funcionamento dos órgãos da administração do Estado), Lei da Administração Local do Estado, que estabelece os princípios e normas gerais de organização e funcionamento dos municípios e de outros escalões, e pelo Decreto Presidencial nº 208/17 de 22 de setembro, Regulamento da Lei da Administração Local do Estado que estabelece as respetivas estruturas, funcionamento e articulação nos diferentes níveis da administração local do Estado.

A estrutura governativa da administração local no município articula-se em órgãos singulares e colegiais, por direções e delegações municipais, desconcentrados da administração central que visam assegurar ao nível local, a realização das atribuições e dos interesses específicos da administração do Estado e dos cidadãos, das comunidades e das empresas, promover o desenvolvimento económico e social e garantir a prestação de serviços públicos na respetiva circunscrição administrativa, sem prejuízo da autonomia do poder local (artigo 5º do Decreto Presidencial nº 208/17). A tabela abaixo ilustra de forma sistemática a estrutura governativa local.

**Tabela 2:** Categoria dos órgãos da administração local do Estado no município do Ambriz

CATEGORIAS	Órgãos Singulares	Executivo	Administrador Municipal
		Consultivos	Administrador Municipal-Adjunto Administradores Comunsais Administradores Comunsais-Adjuntos Administradores De Bairros ou Povações
	Órgãos Colegiais	Executivo	Administração Municipal Administrações Comunsais Administrações de Bairros ou de Povações
		Consultivos	Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade Conselho Municipal de Vigilância Comunitária
	Direções representadas junto do município		Direção Municipal da Educação Direção Municipal da Saúde Direção Municipal dos Registos e Organização Administrativa Direção Municipal de Atividade Económicas e Serviços Direção Municipal do Comércio Direção Municipal da Agricultura, Pecuária e Pescas Direção Municipal de Ambiente e Serviços Comunitários Direção Municipal de Transportes, Tráfego e Mobilidade Direção Municipal da Ação Social, Família e Igualdade do Género Direção Municipal dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria Direção Municipal da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos Direção Municipal de Energias e Águas

		Direção Municipal de Gestão Urbanística, Urbanismo e Cadastro Direção Municipal de Recursos Humanos
	<b>Delegações representadas junto do município</b>	Delegação da Municipal do Interior Delegação da Municipal das Finanças Delegação da Municipal da Justiça e dos Direitos Humanos
	<b>Superintendência</b>	Institutos e empresas públicas de âmbito municipal

**Fonte:** O autor, com base no Decreto Presidencial nº 208/17 de 22 de setembro, sobre o Regulamento dos Órgãos da Administração Local.

Relativamente aos órgãos colegiais, a Administração Municipal é o órgão desconcentrado da Administração Central do Estado que visa auxiliar o Administrador na realização das funções do Poder Executivo no município, com base nos instrumentos e ações de orientação e de promoção do desenvolvimento harmonioso e modelo do território, da sociedade e da economia. Cabe, em geral, a Administração Municipal, promover o desenvolvimento económico e social do município, a qualidade de vida dos cidadãos, os serviços públicos básicos. Já em âmbitos restritos como no domínio do Planeamento, Orçamento e Finanças incumbe-lhe entre outras apreciar e aprovar o orçamento do município, apreciar e aprovar o Plano de Desenvolvimento do Município e remetê-lo à Administração Provincial; supervisionar e coordenar a arrecadação de recursos financeiros provenientes de impostos, taxas e de outras receitas devidas ao Estado, ou ainda no domínio do Desenvolvimento Urbano e do Ordenamento do Território, que dentre outras funções elabora projetos de Plano de Urbanismo e Ordenamento do Território do Município e submete-los ao Governador Provincial para aprovação. Deve também organizar transportes urbanos e suburbanos, intermunicipais e comunais de passageiros e cargas. Assim, a concretização de suas funções é efetuada através dos diversos órgãos que nela integram, como serviços de apoio técnico (que são as secretarias das administrações municipais, repartições de estudo e planeamentos, repartição jurídica e do contencioso administrativo), serviços instrumentais (o gabinete do administrador municipal e gabinete do administrador municipal-adjuntos, o gabinete de intercambio, gabinete de comunicação institucional e imprensa). E também por serviços desconcentrados da administração municipal (as direções municipais, as delegações municipais), e ainda pela superintendência de atividades das empresas e institutos públicos no município (artigos 49º, 50º, 52º, 104º e 105º do Decreto Presidencial nº 208/17).

A nível comunal, as Administrações Comunais<sup>30</sup> do Ambriz são órgãos que visam auxiliar os Administradores Comunais na realização de funções executivas do Estado na Comuna, ou seja, promoverem o desenvolvimento económico e social e assegurar a prestação dos serviços públicos na respetiva área geográfica. Integram também as Administrações de Bairros e de Povoações, sendo órgãos desconcentrados da Administração Municipal que visam auxiliarem o Administrador na realização das funções do Estado no Bairro ou entes territoriais equivalentes (artigos 110º, 111º e 133º do Decreto Presidencial nº 208/17).

Além dos órgãos executivos referidos, a Administração Municipal possui também órgãos colegiais consultivos, o Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade e os Conselho Municipal de Vigilância Comunitária.

O Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade tem por objetivo apoiar a Administração Municipal na apreciação e na tomada de decisão, no território do respetivo município e, é ouvido antes da aprovação do Orçamento, do Plano de Desenvolvimento Municipal, do Plano anual de Atividades e dos relatórios de execução dos referidos documentos. Este conselho é presidido pelo Administrador Municipal, e destacamos aqui a presença dos representantes das autoridades tradicionais locais, integrando ainda, entre outros <sup>31</sup>, o Administrador Municipal-Adjunto, os Administradores Comunais, Delegações Municipais, direções municipais, representantes de cada partidos políticos e coligações de partidos políticos com assentos na Assembleia Nacional e domicílio no município, representantes dos antigos combatentes e veteranos da pátria, representantes das associações sindicais, representantes do setor empresarial público e privado, representantes de escolas e serviços de saúde, representantes de associações de camponeses e trabalhadores rurais, representantes de Organizações Não-Governamentais angolanas reconhecidas por lei, representantes de igrejas e confeitarias religiosas reconhecidas por lei. Por sua vez, o Conselho Municipal de Vigilância Comunitária, é o órgão de apoio consultivo do Administrador Municipal em matéria de segurança pública e integra todos os órgãos que intervém na implementação das políticas relacionadas com a ordem pública, proteção civil, segurança e imigração ilegal (artigos 55º, nº 1, 2 e 3, e 56º do Decreto Presidencial nº 208/17).

---

<sup>30</sup> Presidida pelo Administrador Comunal e integra os Chefes de Secção.

<sup>31</sup> O Administrador Municipal pode convidar, sempre que achar conveniente, outras entidades a fins (do artigo 55º, nº4 do Decreto Presidencial nº 208/17).



Quanto aos órgãos singulares, a governação é estruturada por um Administrador Municipal (como órgão executivo), e seu adjunto, administradores comunais e seus adjuntos e administradores de bairros ou de povoações (como órgãos consultivos).

Segundo o Decreto Presidencial nº 2008/17 de 22 de setembro, o Administrador Municipal<sup>32</sup> é o órgão desconcentrado da administração central do Estado no Município, a quem incumbe dirigir a Administração Municipal, assegurar o normal funcionamento dos órgãos da administração local, respondendo pela sua atividade perante o Governador Provincial (artigo 87º). O Administrador Comunal é o representante da Administração Municipal na Comuna, a quem incumbe dirigir a Administração Comunal, assegurar o normal funcionamento dos órgãos da administração local do Estado, respondendo pela sua atividade perante o Administrador Municipal (artigo 106º). O Administrador de Bairro é o representante do Administrador Municipal no Bairro, a quem incumbe dirigir a administração no bairro, enquanto que, o Administrador de Povoação é o representante do Administrador Comunal na Povoação, a quem incumbe dirigir a administração da povoação (artigo 129º).

Segundo a Administração Municipal do Ambriz (2017) o Plano Nacional de Desenvolvimento, o Plano de Desenvolvimento Provincial, o Plano de Acção Municipal, o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza e o Plano Municipal de Desenvolvimento Sanitário, são os principais instrumentos balizares de planificação municipal.

Fazendo jus a um dos grandes *slogans* da recente governação angolana de que, “*a vida faz-se nos municípios*”<sup>33</sup> e tendo em conta que a desconcentração administrativa é vista como antecâmara ao surgimento das autarquias locais<sup>34</sup>, tanto a elaboração como a

---

<sup>32</sup> Que neste caso é Administradora, a Senhora Joana Pinto Cabunde.

<sup>33</sup> O slogan é inspirado numa declaração do então Presidente da República José Eduardo dos Santos, segundo a qual “a vida faz-se nos municípios”, tratando-se em materializar as preocupações do Executivo angolano no que concerne à prestação dos serviços essenciais e criação das condições para melhorar os as condições de vida dos cidadãos em cada localidade (MAT, 2016). Daí que é com bastante notoriedade que ele vem sendo usado por entidades afetos aos órgãos do poder central em varias ocasiões, para afirmar o interesse do Executivo na municipalização dos serviços em Angola, como é o caso de Bornito de Sousa Baltazar Diogo, atual Vice-presidente da República, ao afirmar na 5ª edição do Fóruns dos Municípios e Cidades de Angola - FMCA, 2017 que este slogan exorta a necessidade de melhorar qualidade nos serviços municipais, com os melhores quadros e mais recursos (MAT, 2017).

<sup>34</sup> Em entrevista concedida à Televisão Pública de Angola sobre as Autarquias Locais no dia 01 de março de 2018, o Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, referiu que

implementação dos dispositivos jurídicos reguladores deste processo está a ser caracterizada por vários investigadores como sendo um processo que caminha num sentido adverso ao que se pretende difundir. É o caso de Orre e Pestrana (2016), que justificam esta concepção ao considerarem que a desconcentração administrativa está centrada na figura do Presidente da República, que para além de intervir significativamente nas disposições económicas (fixando os limites de despesa de cada órgão local do Estado) estabelece toda estrutura orgânica dos municípios e demais órgãos da administração local do Estado, bem como suas competências. Este argumento resulta da comparação que efetuaram entre a lei anterior e atual (entre a Lei 17/10 e Lei 15/16).

### 3.5 – Situação socioeconómica

Ambriz é um município particularmente rural, mas com alguma urbanidade nas sedes municipais. Possui uma população essencialmente jovem e a maior parte desenvolve-se no sector informal por conta própria ou por conta de outrem, na agricultura e pesca de subsistência, artesanato e pequenos negócios (Costa, 2010). “Este facto demonstra uma fraca contribuição na economia local no que tange a arrecadação de receitas para o município, o que é difícil estabelecer um mecanismo de controlo eficaz e funcional” (AMA, 2017: 25).

A Administração Municipal desenvolveu um estudo sobre a realidade do Ambriz — *o Perfil do Municipal do Ambriz, 2016* — que apresenta um conjunto de indicadores socioeconómico da circunscrição.

A nível da educação existem 23 escolas de construção definitivas em todo município, que 20 das quais carecem de manutenção ligeira e outras 3 carecem de reabilitação profunda devido ao estado avançado de degradação (Ibidem, p. 30). É importante realçar que para suprir a carência de salas de aulas e por forma a manter as crianças dentro do sistema de ensino, é notório a existência de turmas em estruturas provisórias (como capelas de igrejas e outras).

---

“há todo um processo de desconcentração que tem ações que já vêm da legislatura passada. Mas dividimos agora o processo em duas grandes fases que, depois, terão continuidade. A primeira fase é a do reforço da desconcentração administrativa, que achamos ser um caminho necessário a percorrer, e que vai incidir no reforço do papel dos municípios de modo a que se consiga, como é orientação do senhor Presidente da República (pôr o município a funcionar já agora antes mesmo da institucionalização das autarquias locais). A segunda fase é da institucionalização das autarquias locais.”



No setor da saúde, o município conta com 11 unidades sanitárias, todas do Estado<sup>35</sup>, construídas no período de paz, exceto o Hospital Municipal edificado no período colonial, mas que beneficiou de obras de ampliação e reabilitação para aumentar os serviços a serem prestados. Este número unidades sanitárias existentes, apesar de serem poucas e em muitos casos geograficamente mal localizadas<sup>36</sup> procuram acudir as populações apesar de carências graves de água potável, energia elétrica e laboratórios (Ibidem, p. 36-38).

No refere a energia e água, se constatou que o fornecimento de energia elétrica no município é a base de grupos geradores. Vale realçar que o fornecimento de energia à Administração Municipal é garantido pela PETROMAR (uma empresa de produção de matérias para a indústria petrolífera instalada no local).

Na comuna de Bela Vista, o grupo gerador instalado de 350 Kva, fornece apenas ao bairro Kissonga, a sede comunal e numa cobertura de 7%, isto é, 8 horas nos finais de semana. E na comuna de Tabi, o fornecimento através do grupo gerador de 250 Kva também cobre apenas, sede comunal (o bairro Ningue) durante 6 horas, isto é, 12%. Enquanto que às unidades de produção e estabelecimentos comerciais do município utilizam geradores particulares para suprir a falta de fornecimento de energia (Ibidem, p. 43-44).

Quanto que a água, é abastecida através do sistema de captação, tratamento e distribuição, mas está longe de cobrir as necessidades das populações. A maioria da população do município tem acesso a água para o consumo facilitado através de diferentes poços de água espalhados em todo o município e nas localidades mais remotas a população recorre aos rios. Atualmente existem 7 pontos de água, sendo 1 furos e 6 estações de captação e tratamento de água (Ibidem, p. 42).

Quanto a rede viária, o município encontra ligado por três troços de estradas primárias em estado relativamente circuláveis ao contrário das vias secundárias e terciárias encontram-se em mau estado de conservação. O que tem impossibilitado não só a ação governativa na perspetiva de melhorar a qualidade dos serviços prestados as populações devido a dificuldade de adquirir os bens de primeira necessidade, como também dificulta o escoamento de produtos dos campos de produção para os principais

---

<sup>35</sup> O sector privado está mais a prosperar na área de farmácia para colmatar as lacunas que o sector enfrenta em termo de acesso aos medicamentos.

<sup>36</sup> Alguns bairros distam a mais de 5 Km para aceder ao posto o que não deixa de ser uma preocupação para o sector em inverter o quadro.

pontos de consumo, desincentivando a produção (Costa, 2010; Santos, 2014; AMA, 2017).

## CAPITULO IV – O CONTRIBUTO DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS NA GOVERNAÇÃO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO AMBRIZ

### 4.1 – O poder tradicional

A compreensão da realidade histórico-político das comunidades etnolinguísticas que compõem o Estado angolano está diretamente relacionada com as instituições de poderes tradicionais, por se assumirem como os guardiões da identidade cultural dos povos e administradores da organização, princípios e normas quem regulam conduta social das referidas comunidades. Segundo Pacheco (2001), estas instituições detentoras dos chamados poderes tradicionais são entidades de linhagem aristocrática que norteiam a organização social, fundado no parentesco e cujo substrato filosófico-religioso se baseia no culto dos antepassados, mas também nas relações económicas que se estabelecem principalmente pela gestão do acesso à terra.

Segundo Paulino Soeiro (Secretário da Administradora Municipal do Ambriz), as autoridades tradicionais, “são entidades que exercem poder sobre as comunidades e cuja existência antecede aos órgãos da administração local do Estado, e visam a resolução dos problemas do quotidiano da população” (P. Soeiro, entrevista, 04 de outubro de 2017). E naquilo que é a sua génese na realidade do município, conforme refere Soeiro, “estas entidades surgem (ou surgiram) sobretudo a partir de linhagem familiares ou clãs mais antigos — a exemplo da família *Mongovo* na comuna do Ambriz e dos *Mbanza a Nessonso* e *Nsanza Kaluco* na comuna de Tabi — de onde pertencente o soba grande ou Dembo de cada circunscrição” (Soeiro, 2017).

São designadas de autoridades tradicionais a composição do elenco sobal (ou conjunto de sobas). No âmbito do poder tradicional, o soba é o representante máximo de um determinado bairro, aldeia ou comunidade, é sinónimo de sabedoria e conhecimento, com o comprometimento de enfrentar todos os problemas que advém na referida comunidade e buscando cada vez mais a sua harmonia.

#### 4.1.1 – Hierarquização

O trabalho de auscultação às autoridades tradicionais na província do Bengo, realizado pelo MAT (2004), refere que de acordo ao direito costumeiro, a linhagem e sucessão, as autoridades tradicionais subdividiam-se em quatro regiões<sup>37</sup>, e que a região do Ambriz (apesar da dependência ao reino do Congo) era constituída por sete pequenos reinos que tinham à frente Nfumu-a-Ntoto ou Dembo.<sup>38</sup> Refere de igual modo que a estrutura orgânica orientada pelo Dembo ou soba Grande no Ambriz não difere de outras circunscrições da Província (existindo apenas diferenças na denominação das categorias, mas as funções não fogem o comum). Existia um grupo de anciãos<sup>39</sup> ou conselheiros que desempenhavam um papel importante no auxílio ao Dembo nas tomadas de decisões em questões de maior relevância sobre a comunidade.<sup>40</sup>

Aquele grupo de trabalho de auscultação às autoridades tradicionais concluiu que a imposição da divisão político administrativa do Estado colonial e o período de conflito que o país atravessou provocaram uma certa desarticulação organizativa no exercício do poder tradicional (MAT, 2004: 37). Por sua vez, têm se readaptando aos novos contextos e realidades.

---

<sup>37</sup> A par da região do Ambriz integravam ainda a região dos Dembos, que compreende os Municípios do Dande, Quibaxe, Bula-Atumba, Nambuagongo e Pangu-Aluquém, onde o chefe máximo ostentava o título de Dembo sob dependência do Rei do Congo; a região do Icolo e Bengo, o chefe máximo tinha a designação de soba e dependia do Rei do Ndongo; Região dos Estados Livres de Quissama, constituído por reinados cujo chefe máximo tinha a designação de Kuku-Muene'xi (Ngana) que significa Rei.

<sup>38</sup> O Dembo é o chefe máximo de uma determinada área de jurisdição consoante a divisão territorial e tinha sob sua orientação os sobas de todas as povoações da respetiva área. A povoação onde residia (reside) o Dembo é a *Mbanza* e o local para o exercício da sua atividade, o *Lumbo*. Este era (e é) geralmente debaixo de uma mulembeira plantada para o efeito e era aí onde se resolviam (resolvem) todos os problemas seja de carácter político, organizativo, social ou jurídico (MAT, 2004).

<sup>39</sup> Nomeadamente, o Mwene Tandala (o órgão que velava pelo comportamento do dembo ou do Soba e tinha o poder de determinar a sua destituição), o Mwene Wanga (que conferia posse ao Dembo ou Soba), o Kilamba (que falava com as sereias para pedir chuva). O elenco governativo era constituído pelos seguintes órgãos: Mwene Massa (substituto do Dembo na ausência ou impedimento), Ngana Sakala (Secretário), Mwene Mbagi (Tesoureiro), Mwene Capita (que vela pelos assuntos militares), Mwene Capita Feminino (que vela pelos assuntos das mulheres) e o Mwene Cassanda (jurista).

<sup>40</sup> Como na seleção e destituição do Dembo ou do soba, na solução de calamidades naturais, em especial a seca.

Em Angola, as designações de autoridades tradicionais reconhecidas pelo Estado abrangem as categorias<sup>41</sup> de *Rei*, *Soba* (subdivido por Soba Grande, Soba e seus respetivos ajudantes) e *Sekulo*. Do ponto de vista hierárquico, no município do Ambriz, as autoridades tradicionais estão agrupadas em três categorias, nomeadamente: Soba Grande, Soba e Ajudante do Soba (Secretários).

Segundo o Relatório da Administração Municipal do Ambriz sobre as Autoridades Tradicionais no Município, o soba grande é o representante máximo da circunscrição, normalmente ao equivalente a uma comuna, com a prerrogativa de convocar todos os outros sobas da localidade e quem toma as principais decisões sobre a comunidade. O Soba tem quase todas as prerrogativas que goza o Soba Grande, exceto nas questões subsidiárias e poder de resolução de certos problemas a uma área de jurisdição restrita (bairro ou povoação). Os Ajudantes, por sua vez, funcionam como auxiliares administrativos quer do Soba Grande quer do Soba (AMA, 2015:5).

Para além desta hierarquia, existe também o *conselho do soba* (conjunto de anciões) que tem como principais funções aconselhar o soba na tomada de decisões em matérias complexas e de governação, assessorar o soba em problemas delicados como julgamentos, questões de heranças, terras, homicídios, adultério entre outros assuntos atinentes às comunidades. Por outro lado, esta estrutura é igualmente sustentada por outras figuras que se encontram no topo da hierarquia, como é o caso dos *Kimbandas*. Na verdade, esta figura exerce nas comunidades o papel de terapeuta tradicional e lida com assuntos complexos de natureza medicinal e outros ao nível espiritual (AMA, 2015: 6). Com base nos dados fornecidos pela Administração Municipal existem no Ambriz um total de 62 autoridades tradicionais (todos homens) reconhecidas, conforme ilustra a tabela a que segue.

---

<sup>41</sup> Segundo Pacheco (2002: 6) “estas designações têm sido contestadas pelo facto de se impor na terminologia oficial vocábulos de regiões socioculturais específicas. Por outro lado, os regedores (sobas grandes) contestam a generalização da terminologia autoridades tradicionais na medida em que isso não deixa transparecer a existência de níveis hierárquicos, nivelando-se o que não se deve nivelar, pois um Soba Grande não pode fazer parte da mesma reunião que um simples Sekulu”.

**Tabela 3:** Descrição das autoridades tradicionais no município do Ambriz.

Comunas	Categorias				Total
	Soba Grande	Soba	Ajudante do soba grande	Ajudante do soba	
Ambriz	3	11	0	6	20
Bela Vista	1	8	1	10	20
Tabi	3	8	2	9	22

**Fonte:** Mapeamento de Controlo das Autoridades Tradicionais do Município do Ambriz, referente ao exercício económico de 2016.

Esta tabela reflete de certa forma o baixo número de autoridades reconhecidas<sup>42</sup> que representam o poder tradicional junto das comunidades rurais e mesmo periurbanas a nível do Bengo, em comparação com os registos de outras províncias, conforme o cadastramento que está a ser desenvolvido pelo MAT<sup>43</sup> (através do Departamento das Comunidades Tradicionais e Instituições do Poder Tradicional (DCTIPT), da Direção Nacional da Administração Local – DNAL), bem como em outros estudos paralelos.<sup>44</sup>

#### 4.1.2 – Símbolos e sucessão

As autoridades tradicionais constituem o símbolo dos valores que mantêm coesa a comunidade, desempenham um papel crucial no complexo mágico-religioso e como principais representantes e guardiões do sistema sociocultural angolano.

Quanto aos símbolos do poder tradicional destacamos o *Mbassá* (Bengala) a *Quijinga* (chapéu) o *Chinete* (carimbo), e ainda a *Pemba* (um pó, para proteção de todo e qualquer mal em especial do feitiço). Em regra, são entregues na cerimónia de tomada de posse ou entronização de um determinado Dembo ou soba pelo *Mwene Wanga*, que geralmente se procede de noite (MAT, 2004: 38). As investiduras dos sobas e Dembos são sempre executadas com solenidade e obedecem a determinadas formalidades (Cruz,

---

<sup>42</sup> Segundo Paulino Soeiro “o número de sobas reflete a cifra atribuída ao Município pela Província. Embora haja interesse de outras individualidades em ascenderem também ao estatuto de autoridades tradicionais visto que existem outras zonas que não foram contempladas, alegando que em função da situação financeira que o país atravessa, não é correspondido a intenção do aumento de autoridades em outras comunidades” (Soeiro, 2017).

<sup>43</sup> Com base nos dados províncias disponíveis no *site oficial do MAT*, a Província de Benguela possui 905 autoridades tradicionais, no Bengo 430, ao passo que no Bié o cadastro é 1975 entidades.

<sup>44</sup> Como é o caso a Província do Cunene, que existem 1125 autoridades tradicionais reconhecidas (Miguel, 2014: 61).

1940). Hodiernamente, os uniformes que são cedidos aos sobas pelo Estado, também têm um carácter simbólico no exercício das suas atividades.

Quanto a sucessão do Dembo ou soba<sup>45</sup>, o Relatório da Administração Municipal do Ambriz sobre as Autoridades Tradicionais no Município refere que é efetuada por diversas motivações, nomeadamente, *por conveniência*, quando a comunidade se manifestasse descontente em relação à sua conduta e forma de direção; *a seu pedido*, quando por demasiado tempo de mandato se achasse cansado e pede a sua demissão; *por incapacidade física* ou *por morte* (AMA, 2015: 7).

Assim, o candidato indicado pelos órgãos competentes é lhe enviado um emissário designado *Punga* com um *Mbassá* (símbolo de indicação ao cargo de Dembo ou soba). Este, por sua vez, pega alguns meios que entrega ao emissário para levar a quem o mandou. A seguir pede-se o consenso da família (clã) para se pronunciar (negativa ou positivamente), mas como constitui grande honra a preferência para esse cargo, geralmente a família consente e ajuda o candidato a organizar as festas<sup>46</sup> que oferece a comunidade em jeito de agradecimento pela sua indicação ao cargo de direção depois da tomada de posse (MAT, 2004: 38).

Segundo o que refere o Chefe de Secção das Finanças e Património da Administração Municipal – Afonso Massamba Fuka “o MAT efetuou o reconhecimento (cadastro) dos Dembos e sobas já existentes nas referidas comunidades (nas grandes famílias ou clãs), cujo atual sistema consiste apenas na substituição de sobas, em casos de morte, incapacidade física ou por insatisfação da comunidade” (A. M. Fuka, entrevista, 04 de outubro de 2017). Quer dizer que a entronização formal dos sobas pela a

---

<sup>45</sup> Antigamente, isto é, antes do colonialismo quem sucedia o Dembo ou o soba era o sobrinho, filho da irmã ou neto por linhagem matrilinear. A posteriori, o Dembo era escolhido entre os sobados da sua área de jurisdição, aquele que possuísse idoneidade e capacidade para o efeito, enquanto que o soba era escolhido dentre a comunidade aquele que através do acompanhamento feito tivesse um currículo aceitável” (MAT, 2004). Quando os chefes são femininos, a sucessora é a filha mais velha ou, na falta desta, a irmã que se lhe segue. Se não há filhos nem irmãos, a sucessão recai para o parente mais próximo. Se ao sucessor não forem reconhecidas as qualidades julgadas indispensáveis para Chefe, o Conselho dos Grandes, (depois de muitas reuniões e passados, mesmo alguns meses), escolhe o sucessor. Porém, este facto dá-se poucas vezes (Cruz, 1940).

<sup>46</sup> Para a preparação das festas para a cerimónias de posse era necessário reunir bens como: 25 porcos, 50 cabritos, 120 galinhas e bebidas como maruvo em quantidades sem conta, em que se juntavam ainda 3 porcos e 10 cabritos para a própria tomada de posse. Para esse evento são convidados todos os sobas e *makotas* da região e a população local.

administração local e pelo MAT obedece antes aos critérios tradicionais pré-estabelecidos, ou seja, cabe em primeira instância a comunidade entronizar o Dembo ou soba subsequente (legitimação tradicional), e posteriormente informar a Administração municipal para a seu reconhecimento formal.

#### **4.2 – A relação com a Administração Municipal**

De grosso modo, como temos vindo a referenciar, o reconhecimento do Estado sobre as autoridades tradicionais vem de longos anos, mas, a sua formalização surge apenas com aprovação da Constituição de 2010.

Com este reconhecimento, o poder tradicional é visto agora pelo Estado como parceiro estruturante da gestão e ordenamento do território e fator de equilíbrio, harmonia e coesão social (Massunganhe, 2012:140), uma vez que as autoridades tradicionais são reconhecidas não apenas pelas funções tradicionais ou de ancestralidade que representam, mas também pelo papel relevante que desempenham na vida sociocultural das comunidades (Miguel, 2014: 65).

A nível da governação local, o Estado tem permeado uma relação de cooperação com as autoridades tradicionais por intermédio dos órgãos da administração local, no âmbito da participação em núcleos ou instituições de carácter consultivos e auscultativos e que realça como sendo fundamental, na medida em que implica uma coordenação das atividades e projetos de desenvolvimento local (Massunganhe, 2012:149).

No Ambriz — como noutros municípios do país — , não obstante aos inúmeros encontros ou reuniões entre a administração local e as autoridades tradicionais no sentido de dirimirem questões pontuais referentes a vida das comunidades, é a partir do Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACS)<sup>47</sup> que as autoridades tradicionais se manifestam ou tendem a manifestar solenemente sua representação e participação na

---

<sup>47</sup> A institucionalização da figura do CACS como órgão consultivo da administração municipal, surgiu em 2007 com a publicação da Lei da Administração Local do Estado (Decreto-Lei n.º 2/07), que dentre outros membros fazem parte as autoridades tradicionais. Hodiernamente, ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 208/17 de 22 de setembro, sobre o Regulamento dos Órgãos da Administração Local, decorre o processo de substituição efetiva do CACS para outros órgãos similares, nomeadamente o Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade e Conselho Municipal de Vigilância Comunitária.



governação local. Segundo o Perfil do Município do Ambriz 2017<sup>48</sup> “estão representados no CACS quatro autoridades tradicionais cujo papel é de trazer os assuntos das comunidades relacionados com o desenvolvimento socioeconómico do município” (AMA, 2017:30). A nível interativo destaca-se ainda a maior aproximação como refere Fuka que “a relação e envolvimento ou participação dos sobas nos trabalhos melhorou significativamente, melhorando também o tratamento entre estes e a administração local, existindo efetivamente mais ferramentas de trabalho e apoios logísticos aos sobas, sobretudo com uniformes” (Fuka, 2017).

Na ausência de um dispositivo legal que tipifica as competências e atribuições das instituições do poder tradicional no âmbito do exercício do poder local no ordenamento jurídico angolano, e atendendo as realidades de cada circunscrição, constata-se que, cabe às administrações locais (provinciais, municipais ou mesmo comunais) conferir determinadas competências a desempenhar pelas autoridades tradicionais na sua região.

É neste sentido que os sobas apoiam a Administração Municipal do Ambriz no controlo e fiscalização do número de famílias camponesas em zonas rurais, na gestão de territórios definidos de acordo com os limites locais e levam todas informações referente a produtividade e as necessidades dos agricultores na administração municipal ou comunais para serem avaliadas e solucionadas (AMA, 2015: 10). No entanto, a relação entre ambos existe, não apenas na área da agricultura como também em outras esferas.

Por outro lado, no âmbito daquilo que foi o nosso trabalho de campo junto das autoridades tradicionais no referido município, os sobas consideram que apesar de dificuldades de várias ordens existe uma colaboração favorável com os órgãos da administração local do Estado, quer a nível da administração municipal, quer a nível da administração comunal e outras, tendo em vista a na satisfação dos interesses comunitários. Assumem-se como os olhos e a boca das comunidades junto do Governo, uma postura descrita pelo soba Pedro Kaferico Neto, da sede da Comuna de Tabi, ao referir que “temos competências para influenciar os órgãos superiores de governação a substituição de gestores administrativos, caso o desempenho das suas atividades não refletem os anseios da população, uma vez que se consideram o primeiro governo do povo” (P. K. Neto, entrevista, 04 de outubro de 2017).

---

<sup>48</sup> Um documento oficial da Administração Municipal que espelha a realidade do Município e que serve de referência para orientar estrategicamente as Políticas Públicas, assim como para desenvolver planos a meio e longo prazos.

Existe uma consulta e concertação mútua entre as duas entidades no que se refere a definição ou implementação de determinado projeto bem como os meandros em que se deve processar. Mas, no entanto, nota-se a presença de duas perspetivas que fundamentam a essência desta relação. Se por um lado, a administração local encara o elenco sobal como um canal favorável a expansão de suas atividades junto dos aldeamentos ou comunidades, por outro, os sobas procedem como verdadeiros defensores dos interesses ou necessidades do povo junto dos órgãos locais do Estado.

#### **4.2.1 – Os subsídios**

Um dos aspetos a reter no quadro da relação entre o Estado e as autoridades tradicionais prende-se com a questão dos subsídios. Na senda do reconhecimento tácito das autoridades tradicionais, o governo angolano passou então a subvencionar as referidas entidades, inicialmente sem a devida abrangência sobretudo pelo contexto conflituoso que o país se encontrava. Atualmente, a atribuição destes subsídios as instituições do poder tradicional estão legalmente previstas no Decreto Presidencial nº 115/12 de 8 de junho sobre a subsidiariedade das autoridades tradicionais, que estabelece o reajuste dos mesmos<sup>49</sup>, se afigurando pelo seguinte:

a) Soba grande.....	24.357,03 kwanzas
b) Soba.....	21.921,32 kwanzas
c) Sekulo .....	19.485,65 kwanzas
d) Ajudante do soba grande .....	15.563,35 kwanzas
e) Ajudante de soba.....	12.178,51 kwanzas

Para o MAT (2013), a atribuição destes subsídios é na verdade um estímulo que resulta do facto de as autoridades tradicionais serem entidades que personificam e exercem o poder no seio da respetiva organização comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinárias, e que não deve ser considerado como o único meio de subsistência das autoridades tradicionais.<sup>50</sup> Daí que, “as autoridades tradicionais

---

<sup>49</sup> Desde 2004 que os subsídios mensais atribuídos às autoridades tradicionais pelo governo angolano, eram de: 7.623 Kwanzas para o Soba Grande ou Regedor; 6.860 Kwanzas para Soba; 6.098 Kwanzas para o Sekulo; 4.573 Kwanzas para o Ajudante do Soba Grande e de 3.811 Kwanzas para o Ajudante do Soba.

<sup>50</sup> Com base nos Orçamentos Gerais do Estado nos últimos três anos, o Estado desembolsou em subsídios para as autoridades tradicionais cerca de 35 mil milhões de Kwanzas.

devem, portanto, viver não só dos subsídios atribuídos pelo Estado, mas também da atividade desenvolvida pela comunidade, da lavoura e das atividades na área em que exercem autoridade” (Miguel, 2014: 67).

Segundo a Secção das Finanças e Património da Administração Municipal do Ambriz, a dotação mensal alocada para a atribuição de subsídios neste município é de cerca de 1.113.527,65 Kwanzas, sendo que anualmente a cifra alocada é de cerca de 13.362.331,8 Kwanzas, distribuídos ao correspondente número de sobas e seus respetivos ajudantes — pagos presencialmente, em *cash* — cadastrados pelo MAT e reconhecidos pelo Ministério das Finanças.<sup>51</sup> A tabela a que segue apresenta mais pormenores.

**Tabela 4:** Subsídios mensais para as autoridades tradicionais no Ambriz, 2017.

Município	Categorias	Nº de Autoridades Tradicionais	Subsídio mensal	Total de subsídio mensal por categoria	Cálculos de incidência mensal por categoria
Ambriz	Soba grande	7	24.357,03 Kz	170.499,21 Kz	<b>Total</b> <b>1.113.527,65 kz</b>
	Soba	27	21.921,32 Kz	591.875,64 Kz	
	Ajudante do Soba Grande	3	15.563,35 Kz	46.690,05 Kz	
	Ajudante do Soba	25	12.178,51 Kz	304.462,75 Kz	

**Fonte:** Secção das Finanças e Património da Administração Municipal do Ambriz, 2017.

A referida tabela nos leva a refletir sobre duas questões fundamentais. Por um lado, o quão oneroso chega a ser para o Estado a subsidiariedade ao poder tradicional em todo país, na medida que estas verbas seriam uma mais-valia caso fossem desembolsadas em projetos comunitários (como por exemplo, a melhoria do saneamento básico nos municípios), e por outro, procurar compreender a dimensão do reconhecimento do Estado sobre o papel que as autoridades tradicionais jogam a nível das comunidades rurais e periurbanas.

A atribuição destes subsídios mensais e individuais aos sobas e outros incentivos pelo Estado (sobretudo em datas comemorativas), leva em muitos casos a interpretação de que as autoridades tradicionais aparentam meros funcionários estatais, cumprindo frequentemente orientações. Mas, no caso do Ambriz esta interpretação é relativamente ilusória tendo em conta o estado de carência dos órgãos administrativos em prover uma

<sup>51</sup> O Estado, por meio do Ministério das Finanças tem o controlo nominal do valor dos subsídios que são alocados para as autoridades tradicionais, ao passo que cabe as administrações municipais a distribuição manual das mesmas.

governança inclusiva, interação de forma articulada com os sobas face a relevância que estes detêm sobre as comunidades. Por outro lado, a subvenção é uma amostra clara de uma parceria fundamental e não uma incorporação efetiva aos órgãos administrativos estatais propriamente dito.

### **4.3 – O papel dos sobas na governação local**

O crescente reconhecimento das instituições do poder tradicional e a sua influência na governação local em diversas regiões de Angola tem despertado o interesse de uma abordagem cada vez mais particular.<sup>52</sup> Como já referenciamos anteriormente, estas funções das autoridades tradicionais estendem-se para além do campo estritamente cultural, e no Ambriz os órgãos administrativos locais destacam o contributo destas entidades ao reconhecerem que,

“as autoridades tradicionais têm desenvolvido várias atividades de apoio à Administração Municipal, tais como: fazer o controlo estatístico dos cidadãos na sua área de jurisdição; preservar os hábitos e costumes a nível local; prevenir e resolver conflitos no âmbito costumeiro; transmitir às populações as principais ações do Governo sobre a sua área de responsabilidade; interagir com os responsáveis do Estado sobre os problemas da sua comunidade (AMA, 2017:29).”

Assim, por força da distribuição demográfica e da dispersão estruturante dos bairros e aldeamentos do Ambriz, bem como face às dificuldades logísticas, operacionais e até financeiras das instituições administrativas locais em satisfazer ou prover as necessidades primordiais das populações, torna-se cada vez mais notório o relevante papel das entidades detentoras de poderes tradicionais no desenvolvimento da condição socioeconómica dos habitantes. Uma vez que conforme as estatísticas apresentadas, a população no Ambriz (como em toda província do Bengo) reside maioritariamente em zonas rurais, o principal campo de exercício do poder tradicional.

---

<sup>52</sup> Como é o caso da Justina Miguel (2014) — poder local público e as autoridades tradicionais em Angola, caso particular do Cunene —, Orre e Pestana (2016) – O CACS na intenção, prática e em finados: Estudo empírico: experiência de campo em Kalandula.

Dentre outras competências, os sobas possuem enorme capacidade de mobilização para ação de massas que é frequentemente empregue para o êxito de diversas atividades sociopolíticas, nomeadamente, os atos censitários, de recenseamento militar e da incorporação nas forças armadas, de desarmamento da população, do processo eleitoral e de campanhas sanitárias. Outro papel naturalmente atribuído aos sobas consiste em testemunhar a veracidade autóctone de indivíduos da povoação que junto das instituições administrativas pretendam obter documentos de várias ordens (Pinto, 2015).

Na interação efetiva com os órgãos locais do Estado, os sobas procuram defender as necessidades e interesses das circunscrições em que se encontram inseridas e, dentre as principais questões, destacam-se as referentes à saúde, educação e o saneamento básico. Mas, atendendo às realidades de cada circunscrição, os sobas preconizam as prioridades. Neste sentido, o soba da aldeia Kinkakala na comuna de Tabi Domingos António Miguel, refere um dos casos que preocupa sua aldeia ao descrever que um dos grandes desafios atuais da comunidade está relacionando com a escassez de remédios nas farmácias das instituições de saúde estatais. Uma vez que recebidas as receitas médicas os cidadãos se deparam logo com carência de fármacos nas referidas instituições, sendo que, em contraste, as farmácias particulares se encontram sempre abastecidas e comercializando a preços exorbitantes — tendo em conta a realidade socioeconómica da região — cuja insatisfação popular resulta na pressão ao soba. Este, apreensivo com o cenário questiona-se incredulamente: “se não são distribuídos ao povo, então os medicamentos vão para aonde? Como é que estas farmácias privadas têm mantido o abastecimento de altas reservas em stocks?” (D. A. Miguel, entrevista, 04 de outubro de 2017), insinuando a existência de um esquema de desvios de fármacos nas instituições públicas, procurando soluções viáveis junto das entidades competentes.

Já o soba, Pedro Kaferico Neto, afeto a sede da Comuna de Tabi refere a grande preocupação incide na edificação do Centro de Saúde — existe apenas um Posto Médico para acudir a demanda —, uma vez que já subsiste o projeto e tendo já assinado o dossiê da cedência de terreno e que também tendo uma verba para tal, a materialização do mesmo ainda não é uma certeza, causando sérios constrangimentos na saúde das comunidades. Pelo que este tem recorrido a fim de encontrar respostas sobre a situação (Neto, 2017).

A par das questões já mencionadas e conforme a realidade de cada localidade, existem ainda outras da mesma natureza, mas, o que se salienta é a capacidade de intervenção dos sobas junto dos órgãos locais do Estado, demonstrando aqui um carácter

fundamentalmente reivindicativo. Os sobas assumem-se como os porta-vozes do povo na interação com o governo local, transmitindo as principais necessidades, na medida em que é o soba quem reside no seio da comunidade e quem conhece a sua realidade. Segundo refere o soba, João Garcia Dombel, do bairro valódia na comuna sede, “temos sido convidados a participar com alguma frequência em encontros ou reuniões ao mais alto nível provincial, a fim de expormos diretamente determinadas questões para que se afaste a ideia de que os órgãos administrativos comunais e municipais não têm abordado como tal as questões que afligem as comunidades” (J. G. Dombel, entrevista 04 de outubro de 2017).

É também papel dos sobas a administração das terras naquele município. Para além da importância significativa na emissão de pareceres sobre a obtenção de títulos de concessão de terras, para a agricultura de subsistência ou para produção a larga escala, a concessão de espaços para a implementação de determinados projetos executados pela administração local nas comunidades requer fundamentalmente a apreciação dos sobas da referida circunscrição, ou seja, na qualidade de guardiões e conhecedores da realidade das regiões, os sobas determinam em grande medida as áreas onde devem ser implementadas as infraestruturas. Neste contexto, pode dizer-se que o poder tradicional possui uma abrangência administrativa de enorme relevância e que tem vindo a ser adaptada à medida das necessidades.

#### **4.4 – O Direito Consuetudinário**

Segundo Monteiro (1994) o direito consuetudinário é um conjunto de normas e preceitos que emergem de processos históricos da vontade dos antepassados, e tem como função dirimir conflitos e promover o equilíbrio e a ordem social sobretudo nas comunidades. É neste contexto que Guerra (2004) refere que o quotidiano da população rural angolana é vivido e dirigido predominante pelas respetivas normas consuetudinárias, sendo uma realidade que antecede ao Estado.

Por isso Feijó (2012: 50) considera a nação angolana uma entidade plural, diversificada em pleno e longo processo da sua formação unitária, caracterizada por uma pluralidade multifacetada — horizontal e vertical — que se revela na coexistência de várias ordens jurídicas no macro-espço do ordenamento global. Quer com isso dizer que, Angola não possui um direito consuetudinário único ou unificado, mas vários direitos consuetudinários que materializam os espaços e entidades socio-etnoculturais tradicionais

que coabitam no espaço do território jurídico-político angolano, ou seja, vários direitos consuetudinários locais e não um comum ou unificado dos mesmos ao nível nacional.<sup>53</sup>

No âmbito da problemática sobre a aplicação do direito costumeiro na ordem jurídica angolana, o Gabinete para a Cidadania e Sociedade Civil do MPLA (2012) refere — no seu relatório sobre *Resgate dos Valores Cívicos e Culturais: Contributos das Autoridades Tradicionais, Organizações Não-Governamentais e Associações* — que a Constituição representa, em primeiro lugar, o ordenamento jurídico legal, geral e comum para todos, ou seja, aquelas que são as leis escritas, o conhecido direito positivo. Já a ordem jurídica consuetudinária abarca as leis não escritas, aquelas baseadas nos hábitos e costumes de cada povo. Por isso considera que o Estado deve garantir que o exercício do poder tradicional se faça em consonância com a tradição e o costume, ao mesmo tempo que não se devem ferir as normas consuetudinárias e as do direito positivo. É preciso considerar que as regras do direito positivo devem ser estabelecidas de modo a não ferirem o direito consuetudinário e a tradição.

O Estado reconhece o estatuto, o papel e as funções das instituições do poder tradicional constituídas de acordo com o direito consuetudinário que é exercido no seio da respetiva organização político-comunitária tradicional (artigos 223º e 224º da CRA). Mas, Meneses e Lopes (2012: 336) constataam que apesar da Constituição reconhecer a validade e a força jurídica do costume — que não seja contrário à Constituição nem atente contra a dignidade da pessoa humana (no seu artigo 7º) —, o capítulo dedicado ao Poder Judicial não faz menção alguma a situações de pluralismo jurídico. Além disso, o artigo 195º refere explicitamente que compete à Ordem dos Advogados a assistência jurídica, o acesso ao direito e o património forense em todos os graus de jurisdição, gerando uma situação paradoxal: por um lado, reconhece-se a figura homogénea da força do costume personificado na figura da autoridade tradicional e, por outro, a justiça permanece centrada na figura do Estado moderno.

---

<sup>53</sup> Para Feijó (2012), nessas comunidades, os membros persistem em pautar as suas condutas segundo os respetivos costumes, sob a consciência da sua imperatividade produzida através de longos processos históricos e tutelada pelas autoridades tradicionais, sendo por isso mesmo de aplicação confinada a um espaço com determinada localização geográfica restrita. Variando a extensão da sua aplicação e os critérios procedimentais de acordo com o povo da área e suas concepções teosóficas e filosóficas de natureza espiritual.

Segundo o Relatório Social de Angola 2014 da Universidade Católica de Angola [UCAN] esta dicotomia do discurso oficial, que legitima a relação entre o Estado e as autoridades tradicionais, assume contornos simplistas e ocultos, invariável a diversidade de situações, instâncias e estruturas de poder presentes na sociedade angolana (UCAN, 2015). Assim, a exemplo de outras regiões, a ilação que se tira deste contexto é a de que no Ambriz as relações sociais na zona urbana são regidas com base no direito positivo, enquanto que nas comunidades rurais a solução dos diferendos é sustentada principalmente pela administração do direito consuetudinário.

#### **4.3.1 – A administração da justiça no direito costumeiro.**

Segundo Paulson (2009: 115) no âmbito judicial, a ação do poder tradicional está essencialmente direcionada para a administração da justiça, ou seja, intervindo deste modo na resolução de conflitos e na observância do cumprimento das normas sociais e culturas pelos membros da comunidade.

Devido a quase inexistência das instituições da administração do Estado a nível local capacitadas — particularmente em zonas mais recônditas —, “as formas tradicionais de resolução de conflitos constituem verdadeiras alternativas no plano da administração da justiça” (Meneses e Lopes, 2012: 334), sobretudo pela lealdade e confiança que a população deposita nessas (Massuanganhe, 2012: 149).

Nas povoações do Ambriz, as autoridades tradicionais promovem o equilíbrio e a ordem social através de um conjunto de normas, provérbios e princípios conforme os seus usos e costumes. A administração da justiça dentro da área de cada sobado pertence ao soba que, para poder aplicar com a imparcialidade — caso as partes litigantes não cheguem a um entendimento — reúne com seus conselheiros e anciões (que são os



depositários das leis e dos usos e costumes) para julgar tal contenda em audiência pública<sup>54</sup> no Jango.<sup>55</sup>

Segundo o trabalho de campo, os sobas destacam como questões frequentes as intervenções relacionadas com o adultério, feitiçaria e outras práticas tradicionais ilícitas, furtos, injúrias, disputas de terras, entre outros. Em alguns delitos considerados graves, como o exemplo do homicídio, os sobas têm reencaminhado junto dos órgãos estatais competentes para o devido trato.<sup>56</sup> No geral, toda e qualquer situação que sucede numa determinada povoação é informado de imediato ao sobado correspondente a fim de, por um lado, intervir conforme os preceitos consuetudinários, e por outro, atendendo à sua complexidade, reportar as intuições estatais para sua intervenção.

Os sobas afirmam-se como as primeiras instâncias para a resolução dos mais diversos assuntos no quotidiano das comunidades, aplicando multas aos prevaricadores, de acordo com o direito consuetudinário, como refere o soba Kaferico Neto: “conforme reza a tradição, tendo os sobas resolvido determinado litígio têm o direito de pedirem uma multa (em dinheiro ou produtos) que significa literalmente na língua nativa *fazer levantar os mais velhos*” (Neto, 2017).

Contudo, vale a pena realçar aqui que devido a incompatibilidade de algumas punições outrora aplicadas (e com maior rigor) pelas autoridades tradicionais que em certa medida atentam ao princípio dos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana, o direito consuetudinário tem cedido terreno ao direito positivo, encaminhando para este

---

<sup>54</sup> Tivemos a oportunidade de observar *in loco* uma sessão na aldeia de Kinfuka da comuna sede do Ambriz, um caso de usurpação que sucedeu num dos mercados de Luanda. Um casal de agricultores efetuou uma queixa ao soba a respeito de uma cidadã (também residente na aldeia e por sinal parceira agrícola do casal e que efetuam viagem a Luanda para escoamento da produção) que procedeu a usurpação de sua mercadoria e comercializando de seguida. Convocada e ouvida as partes em conflito numa sessão com presença habitual de alguns anciões, o soba com base nos princípios e normas costumeiras declarou a acusada culpada e determinou-a a reembolsar o dobro do preço da mercadoria e também pagar uma multa as instancias tradicionais. Assim, o caso de extorsão mesmo a ser cometido em Luanda foi solucionado a nível da aldeia pertencentes e sem qualquer intervenção das instituições locais do Estado. Este caso é um exemplo de legitimidade e fidelidade depositada nas autoridades tradicionais na resolução de conflitos nas comunidades rurais.

<sup>55</sup> Que dentre outras funções, funciona como um tribunal tradicional onde se trata as ações não-aceitáveis na comunidade e de outras ofensas e onde multas e sanções são aplicadas (Comerford, 2005).

<sup>56</sup> Este procedimento tem ocorrido em todo país, em consequências de determinadas penalidades que eram empregues pelo poder tradicional (sobretudo em sentenças por casos de homicídio e feitiçaria) que contrasta com a questão dos direitos humanos e a dignidade da pessoa.

as questões relativamente complexas e por vezes simplificando algumas regras à luz do direito positivo.

## CONCLUSÕES

Desde a abertura aos princípios democráticos que o Estado angolano tem promovido um conjunto de ações ou iniciativas que visam sobretudo o reconhecimento institucional das autoridades tradicionais indo desde a criação de condições para sua dignificação, com a atribuição de uniformes, subsídios e outros incentivos à inclusão na Lei Magna, compreendendo uma das formas organizativas do poder local (a par das autarquias e das outras modalidades específicas de participação dos cidadãos). Pese embora a ausência de um dispositivo jurídico que regule na sua amplitude a questão das autoridades tradicionais, estas iniciativas do Estado para além de reconhecer as autoridades tradicionais como um poder que antecede a sua existência, visa também valorizar o papel que elas representam nas comunidades face a sua incapacidade material de prover uma administração local abrangente em determinadas regiões do país.

Por essa razão, a pesquisa visou analisar o contributo das autoridades tradicionais e a articulação com os órgãos da administração local do Estado na resolução dos problemas socioeconómicos do município do Ambriz.

Sendo um município essencialmente rural, as autoridades tradicionais no Ambriz procuram se afirmar como poder local envolvendo-se de forma significativa e determinante nos interesses do povo. Interagem e articulam-se com os órgãos administrativos locais no processo de decisão e implementação de políticas públicas. Para além de lhes ser atribuídas competências de controlo e fiscalização das famílias camponesas em zonas rurais, a gestão de territórios definidos de acordo com os limites locais e a condução das necessidades e produtividade dos agricultores, os sobas participam no CACS — órgão de apoio consultivo da Administradora Municipal — que debate a aprovação dos principais instrumentos estruturantes na gestão e organização das atividades do município. Por outro lado, são as principais forças de mobilização de massas, ou seja, atuam como canal viável de auxílio ao Estado na sensibilização, orientação e informação das comunidades no âmbito de diversos programas sociopolíticos.

Sendo os sobas chefes comunitários e depositários das crenças, hábitos e costumes ancestrais que as legitimam como verdadeiros defensores dos interesses das populações, funcionam como factores de pressão junto dos órgãos administrativos locais na melhoria ou resolução das questões fundamentais e podendo mesmo exigir exoneração de gestores públicos locais, caso estes não satisfaçam os intentos da povoação. Por outro, emitem pareceres referentes a conceção de territórios para construção de infraestruturas sociais,

ou seja, por serem os sobas os verdadeiros conhecedores da terra direcionam os locais que melhor se enquadram na edificação de determinada instituição a luz de cada realidade comunitária.

A débil presença dos órgãos locais do Estado nas aldeias e zonas mais recônditas, devido a dificuldades logísticas e operacionais dos órgãos administrativos locais, as autoridades tradicionais se assumem como agentes de equilíbrio, harmonia e coesão social nas comunidades.

As bases jurídicas para resolução de conflitos nas aldeias assentam nos sobas. As autoridades tradicionais administram a justiça e regulam as relações sociais com base nas tradições ou princípios consuetudinários. Todos conflitos são reportados aos sobas que, auxiliados por seus conselheiros procuram resolver-los no Jango e encaminhado previamente, as questões de maior complexidade (caso de homicídio, por exemplo) aos órgãos competentes do Estado para o devido trato.

Nesta conformidade, verifica-se que as autoridades tradicionais são atores políticos locais indispensáveis na governação local, que mesmo sem atribuições claras no âmbito da organização do poder local pela ausência de Lei que o estabeleça com tal, a experiência da realidade no município do Ambriz demonstra que as autoridades tradicionais têm contribuído significativamente e numa clara e efetiva interação com os órgãos administrativos locais do Estado na resolução de inúmeras questões que afetam a vida das comunidades rurais.

Assim, esta investigação apresenta a lacuna de não ter dado abertura a mais actores da sociedade civil e outras instituições do Estado, não só à metodologia escolhida, mas também por indisponibilidade das mesmas, face ao envolvimento no processo eleitoral que decorreu no período da pesquisa.

Para investigações futuras deixa-se uma pista virada a participação das instituições do poder tradicionais na governação local no contexto de autarquização que se delineia no país. Sendo que a implementação efetiva das autarquias locais conduzirá ao exercício de um poder autónomo de maior proximidade aos cidadãos em relação aos órgãos administrativos do Estado, estudos a respeito do papel das autoridades tradicionais na conjuntura das autarquias revela-se um importante contributo na compreensão e articulação das formas organizativas do poder local em Angola.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros:

- Amaral, D. (1996). *Curso de Direito Administrativo*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Amaral, D. (1998). *Curso de Direito Administrativo*. 2ª ed. Coimbra: Livraria Almedina.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. New York: The Free Press.
- Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, P. (1998). *Dicionário de política*. [tradução para o castelhano por Ferreira, J. (Cord.)]. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Caetano, M. (1965). *Manual de Direito Administrativo*. Lisboa: Coimbra Editora.
- Comerford, M. (2005). *O rosto pacífico de Angola – Biografia de um processo de paz (1992-2002)*. Luanda.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para a Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Corte-real, I. (2003). *Descentralização e Reforma administrativa*. Oeiras: Celta Editora.
- Fauré, Y.-A. & Udelsmann Rodrigues, C. (2011). *Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: Processos, Terrenos e Atores*. Coimbra: Edições Almedina.
- Feijó, C. (2001). *Problemas atuais do direito público angolano: contributos para a sua compreensão*. Cascais: Principia.
- Feijó, C. (2012). *A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana*. Coimbra: Edições Almedina.
- Felgas, H. (1965). *As populações nativas do Norte de Angola*. Lisboa: Tipografia da L. C. G. G.
- Fernandes, T. (1988). *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, T. (2012). Enquadramento institucional do processo de descentralização em Angola e Moçambique. Em Y.-A. Fauré, & C. U. Rodrigues (Eds). *Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: Processos, Terrenos e Atores* (pp.93-122). Coimbra: Edições Almedina.
- (2009). *O poder local em Moçambique: descentralização, pluralismo jurídico e legitimação*. Porto: Edições Afrontamento.

- Florêncio, F. (2010). *No Reino da Toupeira. Autoridades Tradicionais do M'Balundu e o Estado Angolano*. Em: F. Florêncio (Ed.), *Vozes do Universo Rural: Reescrevendo o Estado em África*, Lisboa: Gerpress e CEA.
- Francislê, N. S., António, P. C. & António, M. (2011). *Análise de Dados Qualitativos Suportada pelo Software webQDA. Atas da VII Conferência Internacional de TIC na Educação: Perspetivas de Inovação (CHALLENGES2011)*. Braga.
- Freund, J. ([1966], 2003). *Sociologia de Max Weber*. Trad. Costa, L. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica*. Lisboa: Editora Instituto Piaget.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1997). *O Inquerito: Teoria e Prática*. Trad. Pires. C. L. Oeiras: Celta Editora.
- Fonseca, A. (1985). *Sobre os Kikongos de Angola*. Luanda: Edições 70.
- Gabinete para a Cidadania e Sociedade Civil do MPLA (2012). *Resgate dos Valores Cívicos e Culturais: Contributos das Autoridades Tradicionais, organizações não-governamentais e associações – Relatório dos workshops 2010-2011*. Luanda: MPLA.
- Garcia, S. (2004). *Bengo: Transcrição da intervenção da Autoridade Tradicional*. Em: Ministério da Administração do Território (ed). *1º Encontro Sobre Autoridade Tradicional em Angola* (p.37-38). Luanda: Editora Nzila.
- Guerra, J. M. (2004). *Em defesa do direito consuetudinário angolano*. Em MAT (ed) *1º Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional em Angola*, Ministério da Administração do Território (155-164). Luanda: Editora Nzila.
- Guedes, A. (2008). *Uma articulação entre o Estado e as «Autoridade Tradicionais»? – Limites na congruência entre os direitos do Estado e os direitos «Tradicionais» em Angola*. Em Diogo, A., Carlos, A. & Marta, A. (Eds.). *Estudos comparativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa* (pp. 716-753). Coimbra: Edições Almedina.
- Guedes, A. & Lopes, M. (2007). *State and Traditional Law in Angola and Mozambique*. Coimbra: Edições Almedina.
- Guedes, M., Tiny, N., Pereira, R., Feijó, C., Freitas, C., Coutinho, F., Freitas, R. & Ferreira, R. (2012). *Pluralismo e Legitimação – A Edificação Jurídica Pós-Colonial de Angola*. Coimbra: Edições Almedina.
- Lara, A. (2013). *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Lourenço, V. (2007). Entre Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Políticas? RES – PUBLICA – Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais 2007, 5/6 pp. 195 – 207.
- Lopes, C. (2012). Centralização, descentralização e desconcentração em Angola: aspetos económicos. em Y.-A. Fauré, & C. U. Rodrigues (Eds). Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: Processos, Terrenos e Atores (pp.149-180). Coimbra: Edições Almedina.
- Maltez, A. (1991). *Ensaio Sobre o Problema do Estado. A Procura de República Maior*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Meneses, M. & Lopes, J. (2012). *As Autoridades Tradicionais em Luanda*. Em: M. Maria e L. Júlio (orgs.) – “O Direito fora do Direito: Instâncias extras-judiciais de resolução de conflitos em Luanda”. Coimbra: Edições Almedina.
- Milheiros, M. (1967). *Etnografia angolana*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- Ministério da Administração do Território-MAT (2004). 1º Encontro Sobre Autoridade Tradicional em Angola. Luanda: Editora Nzila.
- Miranda, J. (2004). *Manual de Direito Constitucional - Estrutura Constitucional do Estado*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Monteiro, R. L. (1994). Os Ambós de Angola antes da independência. Lisboa: ISCSP.
- Oliveira, A. C. (2005). *Democracia Local (aspetos jurídicos)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Parkin, F. ([1982], 1996). *Max Weber*. Trad. Pedroso, P. Oeiras: Celta Editora.
- Pinto, R. (2015). *Pobreza no meio rural em Angola: Contribuição para a sua caracterização no município do Negage, província do Uíge*. Cadernos de Investigação. Luanda: Universidade Católica de Angola (UCAN).
- Poulson, L. (2009). As autarquias locais e as autoridades tradicionais no direito Angolano: esboço de uma teoria subjectiva do poder local. Luanda: Casa das ideias.
- Santos, B. & Van-Dúnen, J. (2012). *Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rodrigues, C. (2012). Descentralização em Angola e os Planos de Desenvolvimento Municipal. Em Y.-A. Fauré, & C. U. Rodrigues (Eds). Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: Processos, Terrenos e Atores (pp.123-148). Coimbra: Edições Almedina.

- Rouveroy van Nieuwaal, E. A. V. von (1999). “Chieftaincy in Africa: Three facets of a hybrid role”, in E. A. V. von Rouveroy van Nieuwaal e R. van Dijk (eds.), *African chieftaincy in a new socio-political landscape*. Hamburgo, Lit Verlag.
- (2005). “West African chieftaincy – Or how I became ‘Mr. Chiefs’” - com referência a alguns filmes documentários apresentação no SEF International Symposium 2005. Bona, Deutsche Welle.
- Redinha, J. (1966). *Etnossociologia do nordeste de Angola*. Braga: Editora PAX.
- Redinha, J. (1974). *Distribuição étnica de Angola*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Redinha, J. (2009). *Etnias e culturas de Angola*. Coimbra: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).
- Sarmento, M. (1997). *Max Weber: A política do poder* (Macthpolitik). Em: A. Bessa (eds.). *Elites e Poder – Estudos* (pp. 11-52). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sousa, M. R. & Matos, A. S. (2006). *Direito Administrativo geral – Introdução e princípios Fundamentais*. Lisboa: Dom Quixote.
- Tiny, N. (2007). *The politics of Accommodation. Legal and Constitutional Issues*. In: A. Guedes & M. Lopes – “State and Traditional Law in Mozambique and Angola”. Coimbra: Edições Almedina.
- Universidade Católica de Angola (2015). *Relatório Social de Angola 2014*. Luanda: UCAN.
- Weber, M. ([1919], 1979). *O político e o cientista*. Trad. De Carlos G. B. Lisboa: Presença imp.
- Weber, M. ([1922], 1944). *Economía y Sociedad: esbozo de sociología compresiva*. México: Fundo de Cultura Económica.
- Weber, M. (2005). *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*. Trad. Artur, M. Lisboa: Tribuna da História.
- Wissenbach, M. (2015). *Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840-1870)*. São Paulo: Universidade de São Paulo.



### **Teses de mestrado ou de doutoramento:**

- Jaime, M. (2015). O Conceito de Autarquias Locais na Constituição da República de Angola – o caso do Município. Dissertação de Mestrado em Direito Administrativo. Braga: Universidade do Minho.
- Miguel, J. (2014). *Poder local público e as Autoridades Tradicionais em Angola, caso particular do Cunene* – Dissertação de Mestrado em Gestão Autárquica. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências – ISEC.
- Mutemba, D. (2015). *Autoridades tradicionais e o poder político em Moçambique*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Santos, P. (2014). *Análise das estratégias de fomento do microcrédito: um estudo de caso do Município do Ambriz, Província do Bengo*. Mestrado em Ciências Jurídicas e Económicas. Luanda: UN – Faculdade de Direito.
- Orre, A. (2010). *Entrenching the party-state in the multiparty era: Opposition parties, traditional authorities and new councils of local representatives in Angola and Mozambique*. Dissertation for the degree philosophiae doctor (PhD) at the University of Bergen.

### **Documentos oficiais:**

- Administração Municipal do Ambriz (2017). Perfil Municipal do Ambriz 2016. Bengo: AMA.
- (2016). *Roteiro turístico – 2016*. Ambriz.
- (2016a). Mapeamento de Controlo das Autoridades Tradicionais do Município do Ambriz, referente ao exercício económico de 2016. Bengo: AMA.
- (2015). Relatório Sobre as Autoridades Tradicionais no Ambriz. Bengo: AMA.
- Grupo Técnico para as questões Jurídico-Legais, (2001). *Plano estratégico da desconcentração e descentralização administrativas: o Poder Local Autárquico e o poder tradicional em Angola*. Conselho de Ministros da República de Angola.
- Ministério da Administração do Território (2017). *V edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola: “Reformar o Estado para melhor servir o Cidadão” – FMCA, 2017*. Luanda.
- (2016). *IV edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola: “Finanças Locais como Instrumento de Desenvolvimento Económico Local” – FMCA, 2016*. Luanda.

Secção de Gestão da Administração do Tesouro e Património da Administração Municipal do Ambriz (2017). Relatório de sobre a Atribuição de Subsídios Mensais às Autoridades Tradicionais no Ambriz. Bengo: AMA.

### **Artigos em revista científica:**

- Fischer, T. (1992). *Poder local: um tema em análise*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro. 4: 105-113.
- Marques, J. P. (2006). A ocupação do Ambriz (1855): geografia e diplomacia de uma derrota inglesa. AFRICANA STUDIA. nº 9. Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP). pp. 145-158.
- Massuanguane, J. (2012). *O poder local, as autoridades tradicionais e a reforma da governação local: as relações do poder e os desafios no quadro da descentralização*. Revista Justiça do Direito. v. 1. 2:111-155.
- Nascimento, A.; Rodrigues, E.; Fernandes P. (2015). *Municípios e Poderes Locais em África: heranças e metamorfoses em tempos de incerteza*. Cadernos de Estudos Africanos - julho-dezembro de 2015 - 30, 7-24. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).
- Pahula, O. (2014). *A Desconcentração e a Descentralização em Angola*. Revista do Direito de Língua Portuguesa.4: 109-126.
- Teixeira, C. (2012). *Administração e governação local em Angola*. Revista Académica – História: Debates e Tendências – v. 11, n. 1, jan./jun. 2011, p. 47-64.

### **Fontes eletrónicas:**

- Alexandrino, J. (2010). *O poder local na Constituição da República de Angola: os princípios fundamentais*. Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Governação Local. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/194415902/Angola-JML-O-poder-local-na-CRA-pdf>. (acedido em 07/01/2017).
- Costa, D. (2010). *Ambriz, Aqui Tão Pertinho*. Recuperado em: <http://www.angolabelazebelo.com/2010/05/ambriz-aqui-tao-pertinho%E2%80%A6/> (Acesso em 20/01/2018).
- Fórum das Organizações Não Governamentais Angolanas (2001). FONGA na Promoção do Poder Tradicional. Recuperado de

- [http://www.novavisao.org/novidades/tradicional\\_1.html](http://www.novavisao.org/novidades/tradicional_1.html). (acedido em 13/12/2017).
- Governo da Província do Bengo (2015). *Perfil da Província*. Recuperado em: <http://www.bengo.gov.ao/InformacoesProvinciais.aspx?tipo=Perfil>. (Acesso em 10/01/18).
- (2015a). *Histórias e tradições dos Municípios do Bengo*. Recuperado em: <http://www.bengo.gov.ao/InformacoesProvinciais.aspx?tipo=Historia>. (Acedido em 10/01/18).
- (2015b). *Perfil - município do Ambriz*. Recuperado em: <http://www.bengo.gov.ao/InformacoesProvinciais.aspx?tipo=Cidades>. (Acesso em 10/01/18).
- Instituto Nacional de Estatísticas (2016). Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014. Recuperado em: <http://www.ineao.com/> (Acesso em 10/12/ 2017).
- Lourenço, J. (2017). Sobre o poder local – Discurso na cerimônia de investidura como presidente da República, no dia 27 de setembro de 2017. Recuperado de [http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/discurso\\_de\\_joao\\_lourenco\\_na\\_cerimonia\\_de\\_investidura\\_como\\_presidente\\_da\\_republica](http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/discurso_de_joao_lourenco_na_cerimonia_de_investidura_como_presidente_da_republica). (Acesso em 29/12/2017).
- Ministério da Administração do Território (2016). Autoridades Tradicionais. Recuperado em: <http://www.mat.gov.ao/destaques-topo/autoridades-tradicionais> (Acesso em 10/05/2016).
- Neto, M. (2002). *Do passado para o futuro – que papel para as Autoridades Tradicionais?*. Fórum constitucional – Fundação Friedrich Ebert. Huambo. Recuperado em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/neto.pdf> (Acesso em 12/05/ 2016).
- Orre, A. (2013). *Autarquias em Angola: Qual o Problema do “Gradualismo”?*. Chr. Michelsen Institute. Recuperado de <http://www.cmi.no/publications/file/4930-autarquias-em-angola.pdf>. (Acesso em 07/12/ 2017).
- (2010b). *Who’s to challenge the party-state in Angola? Political space & opposition in parties and civil society*. For the conference ‘Election processes, liberation movements and democratic change in Africa’. Maputo, 8-11 April 2010. Recuperado em: [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/proelit/Aslak\\_Orre.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/proelit/Aslak_Orre.pdf) (Acesso em 21/01/ 2018).

--- (2009). *Fantoches e Cavalos de Tróia? Instrumentalização das autoridades tradicionais em Angola e Moçambique*. Cadernos de estudos africanos [online] em: URL: <http://cea.revues.org/190>;DOI:10.4000/cea.190. (Acesso em 15/03/2017).

Pacheco, F. (2002). *Autoridades Tradicionais e estruturas locais de poder em Angola: aspetos essenciais a ter em conta na futura Administração Autárquica?*. [WorkingPaper]. Ciclo de Palestras sobre Descentralização e o Quadro Antárquico em Angola, Fundação Friedrich Ebert, Luanda, Angola, 12 de março de 2002. pp. 1-15. Recuperado em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/pacheco.pdf> (Acesso em 12/5/ 2016).

Pestana, N e Orre, A. (2014). As autarquias em Angola: como evitar os erros dos outros. Recuperado em: <http://novojornal.co.ao/opinioao/interior/as-autarquias-em-angola-como-evitar-os-erros-dos-outros-fim-5670.html> (Acesso em 12/11/ 2017).

UNDP (2004). *Study on Deconcentration and Decentralization in Angola*. Disponível em: [http://www.ao.undp.org/content/angola/en/home/library/democratic\\_governance/study-deconcentration decentralization.html](http://www.ao.undp.org/content/angola/en/home/library/democratic_governance/study-deconcentration decentralization.html). (Acesso em 08/01/2018).

### **Entrevista:**

Almeida, A. (2018). *Autarquias Locais - Grande Entrevista com Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado*. Recuperado em: <http://tpa.sapo.ao/multimedia/grande-entrevista-com-adao-de-almeida-ministro-da-administracao-do-territorio-e-reforma-do-estado> (Acesso em 05/03/2018).

### **Diplomas Legais:**

Constituição da República de Angola de 2010, C.R.A § 224 (2010).

Decreto-Lei nº 17/99 de 29 de outubro (sobre a Organização dos Governos Provinciais e Administrações Municipais e Comunaís)

Decreto Presidencial n.º 208/17 de 22 de setembro (Regulamento da Lei da Administração Local do Estado)

Lei Constitucional da República de Angola de 1992, LCRA § 166 (1992).

Lei n.º 17/10 de 29 de julho (Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração do Estado).

Lei n.º 2/07 de 3 de janeiro (Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado)

Lei n.º 17/10 de 29 de julho (Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração do Estado)

## ANEXOS

### Anexo A – Guião da entrevista aos técnicos da administração local do Ambriz

1. Quem são as autoridades tradicionais?
2. Existem sectores específicos a serem tratados com as autoridades tradicionais?
3. Em que contexto são realizadas as reuniões com as autoridades tradicionais?
4. Quanto a questão do subsídio, como funciona o processo de subsidiariedade dos sobas no Ambriz? Quantas autoridades tradicionais estão cadastradas no Município?
5. Quais são os critérios estabelecidos para o cadastramento das autoridades tradicionais no Município?
6. Com o reconhecimento formal (pela Lei Magna) das autoridades tradicionais houve alguma alteração no *modus operandis* da relação entre a Administração Municipal e os sobas?
7. Considera-se as autoridades tradicionais representantes do povo junto do Estado ou representante do Estado junto do povo?

## **Anexo B – Guião da entrevista as autoridades tradicionais do Ambriz**

1. O que representa o soba para o povo?
2. Quais são os principais sectores em que as autoridades tradicionais interagem com o Administração Municipal?
3. Quais são os principais problemas que são chamados a resolver no quotidiano da aldeia e como são resolvidos?
4. Como o soba vê o reconhecimento do Governo para com as autoridades tradicionais?
5. Como funciona a relação entre os órgãos administrativos e as autoridades tradicionais?
6. Têm recebido subsídios e outros apoios logísticos?
7. Os subsídios auferidos surgem na qualidade de parceiros ou membros da Administração Municipal?
8. Como é realizada a sucessão de um soba?
9. Como tem sido a relação dos sobas com outras formações políticas?

**Anexo C – Entrevista sobre a relação entre a Administração local do Estado e as autoridades tradicionais no município do Ambriz.**

**Entrevistador:** André Nzinga Gaspar Mangala

**Entrevistado:** Nº 01

**Profissão:** Chefe da Secção Finanças e Património

**Empresa:** Administração Municipal do Ambriz

**Data:** 04 de outubro de 2017, às 12:30

**Local:** Ambriz

**Duração da Entrevista:** 30 minutos

**Meio de recolha:** Gravação Áudio

**André Mangala (A.M) – *Quem são as autoridades tradicionais?***

**Nº 01** – O poder tradicional é um poder que existe antes da presença do Estado que deriva da organização social dos povos.

**A. M. – *Existem sectores específicos a serem tratados com as autoridades tradicionais?***

**Nº 01** – A nível das reuniões entre a Administração Local e as autoridades tradicionais no intuito de satisfazer as necessidades da população, são abordados assuntos dos mais variados sectores.

**A. M. – *Em que contexto são realizadas as reuniões com as autoridades tradicionais?***

**Nº 01** – As reuniões são realizadas no âmbito do CACS que está estabelecida no estatuto interno da Administração Municipal e reúne-se ainda quando as autoridades tradicionais às solicita.

**A. M. – *Quanto a questão do subsídio, como funciona o processo de subsidiariedade dos sobas no Ambriz? Quantas autoridades tradicionais estão cadastradas no Município?***

**Nº 01** – Os subsídios são estabelecidos por Lei e Administração do Ambriz atribui os mesmo com base nas categorias dos sobas existentes. São entregues presencialmente em cash (por mim).



No que se refere ao número de autoridades, existem no Município 62 autoridades cadastradas pela a Administração Municipal repartida pelas três comunas, nomeadamente, comuna sede do Ambriz 20, comuna de Tabi 22 e comuna de Bela Vista 20.

**A. M. – *Quais são os critérios estabelecidos para o cadastramento das autoridades tradicionais no Município?***

**Nº 01** – O MAT efetuou um reconhecimento (cadastro) dos Dembos e sobas já existentes nas referidas comunidades (nas grandes famílias ou clãs), cujo atual sistema consiste apenas na substituição de sobas, em casos de morte, incapacidade física ou por insatisfação da comunidade.

**A. M. – *Com o reconhecimento formal (pela Lei Magna) das autoridades tradicionais houve alguma alteração no modus operandis da relação entre a Administração Municipal e os sobas?***

**Nº 01** – Com este reconhecimento, houve uma alteração significativa na interação entre as duas entidades. A relação e envolvimento ou participação dos sobas nos trabalhos melhorou significativamente, melhorando também o tratamento entre estes e a administração local, existindo efetivamente mais ferramentas de trabalho e apoios logísticos aos sobas, sobretudo com uniformes.

**A. M. – *Considera-se as autoridades tradicionais representantes do povo junto do Estado ou representante do Estado junto do povo?***

**Nº 01** – No momento em que a Administração lhes entrega as preocupações para transmitir ao povo, elas estão a representar o Estado e, no momento em que elas transportam os problemas das comunidades para informar a Administração, elas estão a representar o povo, ou seja, as autoridades tradicionais são intermediários das relações entre o Estado e o povo. Fazem um duplo papel.

**Anexo D – Entrevista sobre a relação entre a Administração local do Estado e as autoridades tradicionais no município do Ambriz.**

**Entrevistador:** André Nzinga Gaspar Mangala

**Entrevistado:** Nº 02

**Profissão:** Secretário da Administradora Municipal do Ambriz

**Empresa:** Administração Municipal do Ambriz

**Data:** 04 de outubro de 2017, às 12:00

**Local:** Ambriz

**Duração da Entrevista:** 30 minutos

**Meio de recolha:** Gravação Áudio

**André Mangala (A.M) – *Quem são as autoridades tradicionais?***

**Nº 02** – É o grupo mediador entre a Administração para resolução dos problemas das comunidades. São entidades que exercem poder sobre as comunidades e cuja existência antecede aos órgãos da administração local do Estado, e visam a resolução dos problemas quotidianos da população. Estas entidades surgem (ou surgiram) sobretudo a partir de linhagem familiares ou clãs mais antigos – a exemplo da família Mongovo na comuna do Ambriz e dos Mbanza a Nessonso e Nsanza Kaluco na comuna de Tabi – de onde pertencente o soba grande ou Dembo de cada circunscrição.

**A. M. – *Existem sectores específicos a serem tratados com as autoridades tradicionais?***

**Nº 02** – No âmbito da interação frequente entre as duas entidades, são tratadas questões de várias ordens cujo principal enfase recai para questões referentes a saúde, educação e saneamento básico. Isto é, as autoridades tradicionais apresentam as preocupações das comunidades e a Administração Municipal procura solucionar as questões prioritárias.

**A. M. – *Em que contexto são realizadas as reuniões com as autoridades tradicionais?***

**Nº 02** – Em primeiro lugar elas são realizadas no quadro do programa do CACS (Comité de Auscultação e Concertação Social) que ocorre de forma ordinária por quatro vezes por ano, ou de forma extraordinária, caso houver necessidade. São também realizadas reuniões fora do quadro do CACS, sempre as autoridades tradicionais solicitam.

**AM – *Quanto a questão do subsídio, como funciona o processo de subsidiariedade dos sobas no Ambriz? Quantas autoridades tradicionais estão cadastradas no Município?***

**Nº 02** – Os subsídios estão previstos por Lei é coordenado pelo Ministério da Administração do Território (MAT) e pelo Ministério das Finanças. E a Administração em função das categorias das autoridades tradicionais atribui os respetivos subsídios as devidas entidades.

O número de sobas reflete a cifra atribuída ao Município pela Província. Embora haja interesse de outras individualidades em ascenderem também ao estatuto de autoridades tradicionais visto que existem outras zonas que não foram contempladas sobretudo por motivações. Alegando que em função da situação financeira que o país atravessa, não é correspondido a intenção do aumento de autoridades em outras comunidades.

**A. M. – *Quais são os critérios estabelecidos para o cadastramento das autoridades tradicionais no Município?***

**Nº 02** – Como me referi anteriormente, atendendo a cifra disponibilizada pela Província ao Município se processa nos seguintes termos: em primeiro lugar existe uma legitimação da comunidade pelo referido soba com base no costume; em segundo, face a legitimação proveniente da comunidade, o MAT reconhece a autoridade do soba. Isto é, existe uma legitimação informal (comunidade) e um reconhecimento formal (pelo MAT).

**A. M. – *Com o reconhecimento formal (pela Lei Magna) das autoridades tradicionais houve alguma alteração nos *modus operandis* da relação entre a Administração Municipal e os sobas?***

**Nº 02** – Em relação a esta questão, houve uma melhoria em termos de subsídios, pois antes do reconhecimento formal o subsídio estava muito a baixo da realidade atual. Por outra, em termos de apoio logístico (uniformes e não só) o MAT reforçou o abastecimento e de mo regular.

**A. M. – *Considera-se as autoridades tradicionais representantes do povo junto do Estado ou representante do Estado junto do povo?***

**Nº 02** – Atendendo a forma peculiar de comunicar, quer com o povo quer com a Administração Municipal, as autoridades tradicionais são a ponte imprescindível na relação entre o Estado e a população tendo em vista a resolução dos problemas do município. Elas representam os duas partes.

**Anexo E – Entrevista sobre a relação entre a Administração local do Estado e as autoridades tradicionais no município do Ambriz.**

**Entrevistador:** André Nzinga Gaspar Mangala

**Entrevistado:** N° 03

**Profissão:** Soba da Comuna de Tabi

**Data:** 04 de outubro de 2017, às 13:00

**Local:** Ambriz

**Duração da Entrevista:** 25 minutos

**Meio de recolha:** Gravação Áudio

**André Mangala (A.M.) – *O que representa o soba para o povo?***

**N° 03** – Na linha de um soba, o soba é autoridade tradicional e o porta voz do povo, pois tudo que o povo necessita transmitimos no Governo.

**A.M. – *Quais são os principais sectores em que as autoridades tradicionais interagem com o Administração Municipal?***

**N° 03** – Quantos aos sectores, em primeiro lugar está a saúde, porque sem a saúde não podemos fazer nada. Em segundo lugar está a educação, embora que a primeira educação é da família, a escola é fundamental para o desenvolvimento das nossas comunidades. E depois vem outros sectores. A grande preocupação na minha comuna incide na edificação do Centro de Saúde — existe apenas um Posto Médico para acudir a demanda —, uma vez que já subsiste o projeto e tendo já assinado o dossiê da cedência de terreno e que também tendo uma verba para tal, a materialização do mesmo ainda não é uma certeza, causando sérios constrangimentos na saúde das comunidades. Mas estou a recorrer junto dos órgãos de direito a fim de encontrar respostas sobre a situação.

**A.M. – *Quais são os principais problemas que são chamados a resolver no quotidiano da aldeia e como são resolvidos?***

**N° 03** – Os principais problemas que ocorre dentro da população devem ser transmitidos em primeiro lugar no soba. Questões como roubos, brigas, adultérios, acusação de feitiçaria, etc. Estes problemas são resolvidos em primeiro lugar pelo soba na comunidade. E conforme reza a tradição, tendo os sobas resolvido determinado litígio têm o direito de pedirem uma multa (em dinheiro ou produtos) que significa literalmente na língua nativa fazer levantar os mais velhos. Mas aqueles problemas complexos como

de homicídio, violações e outros, transmitimos imediatamente aos órgãos do Estado para solucionarem.

**A.M. – *Como o soba vê o reconhecimento do Governo para com as autoridades tradicionais?***

**Nº 03** – As dificuldades não faltam, mas estamos em colaboração com o Governo, pois o primeiro governo do povo somos nós (os sobas). Se um dirigente estiver a trabalhar mal temos o direito de exigir que lhe retirem do cargo. Temos legitimidade de fazer valer a voz do povo.

Apesar das dificuldades considero que o reconhecimento do Governo faz existir uma colaboração favorável com os órgãos administrativos locais, visto que representamos povo. Assim, podemos dizer que temos competências para influenciar os órgãos superiores de governação a substituição da administração municipal ou comunal, caso o desempenho das suas atividades não reflète os anseios da população, uma vez que somos os primeiros governos do povo.

**A.M. – *Como funciona a relação entre os órgãos administrativos e as autoridades tradicionais?***

**Nº 03** – Existe uma boa relação entre as duas partes. Reunimo-nos para resolver os problemas da aldeia. Por vezes até somos convidados a marcar presença em outras reuniões provinciais para que possamos transmitir diretamente aos órgãos provinciais no sentido de não nos passarem a ideia de que não têm informados as nossas preocupações as entidades superiores.

**A.M. – *Têm recebido subsídios e outros apoios logísticos?***

**Nº 03** – Temos recebidos sim subsídios, apesar dos atrasos. Ainda assim, lamentamos muito os nossos subsídios é pouco, para conseguirmos alguma coisa o melhor mesmo é aplicar na agricultura.

Quanto aos outros apoios, a nível do nosso município não temos recebidos grandes apoios se consideramos aquilo que vimos no lado do Sul (nas províncias de Huambo, Bié, etc.), que está muito diferente.

**A.M. – *Os subsídios auferidos surgem na qualidade de parceiros ou membros da Administração Municipal?***

**Nº 03** – Os subsídios que recebemos é na qualidade de parceiros do Estado. Se fôssemos parte direita da Administração municipal, aí sim estaríamos a receber salários e não subsídios. Chegamos a perguntar ao Sr. Ministro da Administração do Território o porque de não termos um salário, em resposta ele nos disse que para além de sermos

parceiros do Estado nós sobas temos cobrados muitas multas e por isso nos têm nos dados subsidio e não salário.

**A.M. – *Como é realizada a sucessão de um soba?***

**Nº 03** – Independentemente da causa, a sucessão acontece da seguinte forma: no caso do Dembo, é feita por um membro de linhagem da sua geração. Já para suceder o soba é escolhido dentro comunidade (pelo conjunto de sobas na região) um indivíduo com idoneidade para assumir o cargo.

**A.M. – *Como tem sido a relação dos sobas com outras formações políticas?***

**Nº 03** – A nível do nosso município, recebemos a visita de qualquer partido porque o soba não tem partido. É como em casa com os filhos, ainda que tiveres o um filho mais querido, o pai não se deve demonstrar e continuar a tratar todos de forma igual.

## **Anexo F – Entrevista sobre a relação entre a Administração local do Estado e as autoridades tradicionais no município do Ambriz.**

**Entrevistador:** André Nzinga Gaspar Mangala

**Entrevistado:** N° 04

**Profissão:** soba da aldeia Kinkakala

**Empresa:** Administração Municipal do Ambriz

**Data:** 04 de outubro de 2017, às 13:30

**Local:** Ambriz

**Duração da Entrevista:** 25 minutos

**Meio de recolha:** Gravação Áudio

**André Mangala (A.M.) – *O que representa o soba para o povo?***

**N° 04** – O soba é o responsável máximo de uma aldeia ou povoação, é aquele que representa o povo junto do Estado.

**A.M. – *Quais são os principais sectores em que as autoridades tradicionais interagem com o Administração Municipal?***

**N° 04** – Todos sectores são importantes para a vida da população, mas, aqueles mais importantes são a saúde, educação porque os outros sectores servem para complementar a vida da população.

No caso da minha aldeia (Kinkakala), a maior preocupação da comunidade está relacionando com a escassez de remédios nas farmácias das instituições de saúde estatais. Uma vez que recebidas as receitas médicas os cidadãos se deparam logo com carência de fármacos nas referidas instituições, sendo que, em contraste, as farmácias particulares se encontram sempre abastecidas e comercializando a preços exorbitantes, tendo em conta a realidade socioeconómica da região. Essa situação tem causado insatisfação no povo que vêm pressionar-me. Com tudo isso eu me pergunto: se não são distribuídos ao povo, então os medicamentos vão para aonde? Como é que estas farmácias privadas têm mantido o abastecimento de altas reservas em stocks?

**A.M. – *Quais são os principais problemas que são chamados a resolver no quotidiano da aldeia e como são resolvidos?***

**N° 04** – Nós resolvemos todos os problemas que a população nos transmitem como disputas de terreno, roubos, infidelidade entre outros. Existem ainda aqueles

problemas mais graves que enviamos para a Administração ou a polícia para resolver, mas, antes o povo de nos informar na qualidade de soba da aldeia.

**A.M. – *Como o soba vê o reconhecimento do Governo para com as autoridades tradicionais?***

**Nº 04** – O reconhecimento melhorou porque antes era muito diferente. Hoje existe muito mais respeito pelos sobas, somos chamados em reuniões municipais e provinciais para sermos ouvidos. Mas, ainda tem muitos aspetos para melhorar cada vez mais, como a resolução imediata das nossas preocupações.

**A.M. – *Como funciona a relação entre os órgãos administrativos e as autoridades tradicionais?***

**Nº 04** – Como me referi anteriormente, estamos a caminhar para uma boa relação. Quer a Administração Municipal como a comunal dão-nos cada vez mais ouvidos pois somos nós os sobas que vivemos com o povo, mas, na prática ainda devem materializar mais as nossas preocupações.

**A.M. – *Têm recebido subsídios e outros apoios logísticos?***

**Nº 04** – Embora que atrasa em muitos casos continuamos a receber os nossos subsídios. E para nossa realidade económica, também não ajuda para muito, mas serve para alguma coisa.

Na questão dos apoios logístico, recebemos poucos apoios se comparamos com outras províncias. Uns costumam a ser mais privilegiados.

**A.M. – *Os subsídios auferidos surgem na qualidade de parceiros ou membros da Administração Municipal?***

**Nº 04** – Recebemos os subsídios como parceiros do Estado e por todo trabalho que fazemos junto das nossas comunidades.

**A.M. – *Como é realizada a sucessão de um soba?***

**Nº 04** – Por um lado, vale dizer que a sucessão do soba se efetua essencialmente por incapacidade física ou morte, por insatisfação do povo ou por resignação. E por outro, para sobas normais é escolhido alguém com capacidade para tal e para o Dembo (soba grande) é normalmente feita por um parente seu.

**A.M. – *Como tem sido a relação dos sobas com outras formações políticas?***

**Nº 04** – A relação com os partidos políticos tem sido normal. Sempre que recebemos visitas dos partidos tratamos de forma igual porque ainda que estivermos a filiados ou simpatia por algum partido, o soba deve receber todos de braços abertos.



## **Anexo G – Entrevista sobre a relação entre a Administração local do Estado e as autoridades tradicionais no município do Ambriz.**

**Entrevistador:** André Nzinga Gaspar Mangala

**Entrevistado:** N° 05

**Profissão:** soba do bairro valódia

**Empresa:** Administração Municipal do Ambriz

**Data:** 04 de outubro de 2017, às 14:00

**Local:** Ambriz

**Duração da Entrevista:** 25 minutos

**Meio de recolha:** Gravação Áudio

**André Mangala (A.M.) – *O que representa o soba para o povo?***

**N° 05** – O soba é o guardião dos costumes e das tradições do povo e representa o ponto de equilíbrio e harmonia na sua comunidade.

**A.M. – *Quais são os principais sectores em que as autoridades tradicionais interagem com o Administração Municipal?***

**N° 05** – Normalmente a maior preocupação recai para as questões básicas como saúde, educação e habitação. Mas não deixamos de apresentar preocupações referentes a outros aspetos que afetam os habitantes.

**A.M. – *Quais são os principais problemas que são chamados a resolver no quotidiano da aldeia e como são resolvidos?***

**N° 05** – Os principais problemas no dia a dia estão relacionados com traição, conflitos de terras, furtos, acusação de feitiçaria. Os indivíduos em conflitos devem recorrer em primeiro lugar até ao soba para possamos resolver (e na qual pedimos as nossas multas pelo direito de resolver os problemas). Quando o caso é muito mais complicado (como de mortes) encaminhamos para a polícia ou outros órgãos do Governo para dar solução.

**A.M. – *Como o soba vê o reconhecimento do Governo para com as autoridades tradicionais?***

**N° 05** – Vejo com bons olhos este reconhecimento, pois tem dado cada vez mais abertura para o diálogo entre os sobas e os órgãos administrativos. Mas não podemos nos

esquecer que ainda queremos mais espaço, ou seja, em ver os problemas que transmitimos resolvidos atempadamente.

**A.M. – *Como funciona a relação entre os órgãos administrativos e as autoridades tradicionais?***

**Nº 05** – A relação funciona sobretudo na base do diálogo e tem havido reuniões frequentes quer no âmbito do CACS, quer de outros fóruns sempre no sentido de resolver os problemas do povo. Temos sido convidados a integrar com alguma frequência encontros ou reuniões ao mais alto nível provincial, a fim de expormos diretamente determinadas questões para que se afaste a ideia de que os órgãos administrativos comunais e municipais não têm abordado como tal as questões que afligem as comunidades do município.

**A.M. – *Têm recebido subsídios e outros apoios logísticos?***

**Nº 05** – Recebemos os subsídios regularmente, ainda que com alguns atrasos. Geralmente não recebemos muitos apoios. Já questionamos várias vezes, mas nunca tivemos uma resposta convincente, enquanto acompanhamos um cenário diferente em outras províncias ou mesmo em alguns municípios da nossa província.

**A.M. – *Os subsídios auferidos surgem na qualidade de parceiros ou membros da Administração Municipal?***

**Nº 05** – Penso que recebemos estes subsídios no âmbito de sermos parceiros do Estado na melhoria da vida da população.

**A.M. – *Como é realizada a sucessão de um soba?***

**Nº 05** – Existem dois formatos de sucessão, um que abrange aos sobas que é realizado com a escolha de um sucessor com capacidade para ocupar o cargo dentro da povoação pelo elenco sobal da região. E outro que compreende os Dembos, em que cabe a sua linhagem familiar a escolha interna de um membro com tal competência.

**A.M. – *Como tem sido a relação dos sobas com outras formações políticas?***

**Nº 05** – A relação com as formações políticas no geral é saudável visto que nós os sobas recebemos qualquer força política aqui em nosso município. Quando o objetivo está relacionado com o bem da povoação, os sobas abraçam de boa vontade.

**WWW.ISCSP.ULISBOA.PT**